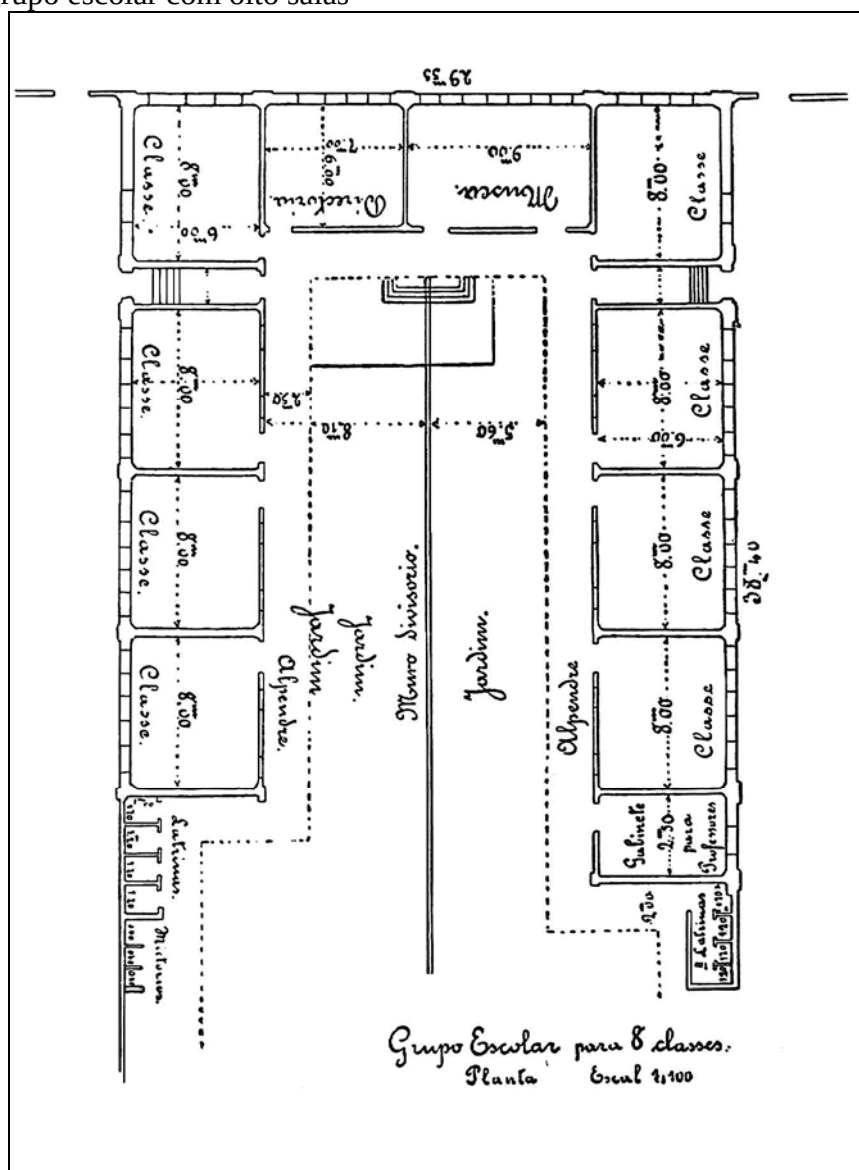


Figura 09 - Planta baixa, elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG para um grupo escolar com oito salas



Fonte: APM.

Figura 10 - Vista do pátio interno do Grupo Escolar de Uberaba (1914)



Fonte: APM.

Uma outra observação que se faz é com relação ao espaço em que, na planta baixa (**Fig. 09**), denomina-se “Museo”. Nesse grupo, funcionou aí o salão nobre ou salão de honra, que constituía a área social dessa escola, pois muitos eventos sócio-institucionais – formaturas, exposições de trabalhos, comemorações cívicas – foram realizados nesse local. Ao lado desse salão, que é o maior da edificação, ficavam as salas da diretoria e a dos professores, separadas por um biombo (FCU, 2000), mas com entradas independentes. Hoje funciona uma sala de aula, que tem duas portas.

Segundo Viñao (2005, p. 22 - 4), a existência de um lugar para a direção escolar, sua localização, acessibilidade, dimensões e configuração interna, permitem captar e analisar as representações e concepções que se tem acerca da importância, natureza e funções específicas do cargo. No caso particular dessa escola, a posição da sala da direção – juntamente com o salão nobre, no espaço central entre as duas alas, embora um pouco mais próxima da entrada à direita - dava ao diretor uma condição de visibilidade privilegiada. Da porta de sua sala, era possível ter uma visão panorâmica dos pátios, dos alpendres e das duas entradas, assim como de quem circulasse por esses espaços internos. Esta posição revelava um envolvimento na vida cotidiana dos alunos,

do professorado e do possível visitante que adentrasse ao edifício. Ao mesmo tempo em que observava, exercia uma função vigilante e disciplinadora, mas também social, uma vez que tanto poderia acolher o visitante como olhar o que ocorria no interior da escola. O acesso à sala de direção era direto, sem ante-sala. Ainda de acordo com as observações de Viñao (2005, p. 24-5), há duas concepções das funções de direção, (quando se consideram, principalmente, a localização, acessibilidade e vinculação com os outros espaços): a maximizadora e a minimizadora⁵⁷. Assim, olhando-se por esses vieses, pode-se dizer que esta direção encaixava-se em uma concepção maximizadora, em sua importância. Quanto às dimensões, percebe-se, pela planta, que possuía 42m², um pouco menor que as demais salas de aula. Esse espaço era dividido por um biombo para comportar a sala dos professores. Mas, mesmo assim, não se pode dizê-la, exígua.

Esta construção não passou por alterações drásticas em sua estrutura, ao longo de todos esses anos. Algumas modificações que se notam são: a retirada dos sanitários antigos, do muro divisório que separava os pátios (feminino e masculino), da mureta gradeada que circundava os alpendres (varanda seria uma denominação mais comum hoje). Embora as duas entradas existam, a da direita (de quem vem da praça) está desativada. Outras pequenas mudanças foram no sentido da manutenção e conservação do prédio, como: trocas dos pisos, das telhas das varandas, pinturas. No ano de 2006, a Prefeitura Municipal de Uberaba, em atenção ao fato desse prédio pertencer ao Patrimônio Histórico Municipal, fez uma limpeza externa, devolvendo às paredes sua cor original: amarelo claro.

Externamente a esta parte antiga, a escola passou por inúmeras modificações. Informa o *Processo de tombamento 0016* (FCU, 2000) que em 1968, no governo de Israel Pinheiro (1966-1971) o educandário foi ampliado com a construção de uma nova ala (com mais salas, e outras dependências,) ao estilo da época, tijolinho a vista e pé direito mais baixo, através da atuação da Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado (CARPE). A partir de 1992, outras reformas e acréscimos adequaram o prédio para os dias atuais como a construção de bebedouros, novos banheiros, lavatórios, cozinha, refeitório, alambrado cercando todo o espaço definido como pertencente ao grupo, sala para vídeo TV e arquivo de documentos antigos, quadra coberta, portão eletrônico etc. Se por um lado essas adaptações eram necessárias,

⁵⁷ Uma concepção minimizadora da direção em relação à sua importância ou à função, implicaria na inexistência de um espaço específico para essa tarefa ou na existência de um espaço de reduzidas dimensões, equivalente em tamanho, localização, disposição interna e acessibilidade ao de uma portaria (Viñao, 2005, p. 24).

por outro, acabaram por interferir negativamente no panorama do conjunto arquitetônico, que perdeu em harmonia, ao se acrescentar elementos estranhos ao estilo original. Entretanto, conforme o ângulo ou a distância (se bem próxima) a partir do qual se olhar, os acréscimos não são notados (**Fig. 11**). Duas outras fotos atuais se encontram no **Anexo Q**.

Figura 11 - Foto atual do prédio da Escola Estadual Brasil



Fonte: Acervo da autora. Foto de abril/2007

Passando pela Praça Comendador Quintino, hoje, vê-se uma edificação sólida, austera, estilo neoclássico, fachada alta, muitos janelões e, olhando-se através deles, vê-se um pé direito incomum para a contemporaneidade. Embora sem luxo, o prédio se ergue absoluto, por ser único, mas rodeado por grandes ipês amarelos e roxos que juntamente com coqueiros e gramados compõem uma sombreada praça. Por tudo isso, pode ser esta considerada uma construção monumental.

Essa construção é diferente dos modelos de escolas construídas a partir das décadas de cinquenta e sessenta, em que o padrão predominante exhibe materiais coloridos, metais e vidros, tijolinhos à vista e concreto. As construções das escolas

modernizaram, mas também, simplificaram e baratearam (VIDAL e FARIA FILHO, 2002).

Olhando-se a arquitetura, a localização dessa escola, acrescentando-se o fato de que já funciona há quase cem anos, não se é capaz de avaliar os desafios e as precariedades que, desde o início de seu funcionamento e, ao longo dos anos contemplados no recorte temporal desta pesquisa (1908 – 1918), trouxeram dificuldades cotidianas, para aqueles que, trabalhando ou estudando a freqüentaram.

No dia da inauguração do grupo, a *Gazeta de Uberaba* (ed. 3667, 03/10/1909), em longo texto, rememora os fatos que antecederam àquele momento, ou seja, quais as dificuldades envolvidas no processo de se conseguir equipar a cidade com um grupo, comentando desde as primeiras discussões na Câmara Municipal, em 1906, até se chegar as festividades do dia, e faz uma espécie de previsão. Para o jornal, em breve, o edifício teria que passar por reformas. E também relata que durante a construção, a Câmara já havia despendido fortes quantias em retoques, na instalação dos sanitários e outros serviços, isto porque, várias vezes, afirmava o jornal, o empreiteiro havia se desviado das cláusulas do contrato, ocasionando reclamações do Agente Executivo, que através de ofícios, os comunicara ao governo mineiro, mas “o estado fez ouvidos de mercador”. Porém, o jornal, não especifica quais seriam os problemas. Nesse ano de 1909, o período letivo, no grupo, compreendeu apenas os meses de outubro e novembro.

No ano seguinte, em abril e maio, ocorreram as primeiras visitas de inspeção. O inspetor técnico regional, Antonio Louveira Gomes, relata que as condições de higiene e conservação estavam boas, mas havia um problema: a mureta de separação entre os pátios de recreio era baixa, devassando reciprocamente as instalações sanitárias femininas e masculinas (APM. SI 3346. Relatório de inspeção, abr/maio, 1910). No segundo semestre, outro inspetor técnico, Ernesto Santiago, em seu relatório de visita, e com o grupo já funcionando há um ano faz a mesma observação, sobre a altura do muro, e sugere o acréscimo de um metro , em “caráter urgentíssimo” (APM. SI. 3346. Relatório de inspeção, ago/set. e outubro, 1910). Mas esta reivindicação é apenas um dos problemas e que praticamente não interferia na vida cotidiana dos alunos. Ao descrever o prédio escolar (**Anexo B** – texto completo) esse inspetor, diz:

Está situado no centro de uma bela praça ajardinada e no cimo de uma colina. Dois defeitos impressionam logo à primeira vista; não tem altura correspondente ao seu tamanho e está erigido num dos extremos da cidade. A sua construção feita sem fiscalização e por empreiteiro do

Estado, ficou mal acabada e pouco sólida. Não há dois anos que está construído e já tem paredes fendidas, muitas goteiras e o cimentado dos alpendres estragado. Tem 10 salas inclusive o gabinete das professoras; são claras e higiênicas. A instalação sanitária é regular como obra de arte, mas o abastecimento de água é escasso e imprestável, durante os meses de agosto, setembro e outubro, há semanas em que falta absolutamente água na caixa de distribuição e consequentemente em todas as torneiras e latrinas do estabelecimento! Entretanto o empresário da água cobra 25\$000 mensais da água fornecida ao Grupo. Há dois meses o diretor do grupo paga mensalmente 45\$000 por dois quintos de água fornecida por um particular diariamente, para as talhas e lavagem de latrinas... Os pátios de recreio são por demais exíguos. Para remediar o gravíssimo e perigoso inconveniente da falta de água, só vejo um meio presentemente: abrir-se uma cisterna no pátio interno para levar por meio de bomba a água à caixa. Será uma despesa imprescindível de 350\$000 a 400\$000, despesa que urge ser autorizada pela Secretaria. Da mesma escassez de água ressentem-se quase todas as pessoas da cidade. (APM. SI. 3346. Relatório de inspeção de agosto /setembro e outubro, 1910)

Conforme se registra no texto transcrito acima, em toda a cidade havia problema quanto ao abastecimento de água. A maioria das famílias se abastecia utilizando cisternas, instaladas nos quintais (situação em que não se podia garantir a qualidade da água), ou captando água dos regos ou córregos (geralmente contaminada), ou, ainda, fazendo como no grupo: adquiria água canalizada de um empresário particular, já que não havia serviço público que atendesse esse aspecto.⁵⁸

O fornecedor de água ao grupo era o engenheiro e empresário Jesuíno Felicíssimo, que, em 23/01/1911, envia uma carta (APM. SI 3894) ao Secretário do Interior (Delfim Moreira), respondendo a um ofício que recebera deste. Na carta, explica que não possuía nenhuma empresa de água e sim um pequeno serviço destinado a fornecer o produto a casas particulares, mediante um pagamento mensal, e que havia contratado com o Sr. Ernesto Brandão (1º diretor do grupo em comissão, 1909/1910) o fornecimento do líquido, por 25\$000 mensais, mas a irregularidade sofrida pelo grupo provinha do fato desse estar construído em um ponto muito alto. Para sanar o problema, sugeria que o grupo fosse dotado de um serviço particular, uma nova ligação direta e especial, de uma nova fonte, abundante e constante, e propunha então que, feito isto, poderia fornecer água com mais regularidade a esse e a outros dois prédios próprios do Estado, mediante o recebimento mensal de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de Réis).

⁵⁸ Só em 1922, foi aprovado o projeto de “Saneamento e Planta da Expansão de Uberaba”, prevendo a instalação da rede de esgotos, captação de água do Rio Uberaba, expansão e embelezamento da cidade, alinhamento das construções etc. (APU. *Boletim informativo*, nº. 7, março de 1997).

Essa carta de Jesuíno Felicíssimo repercutiu nas sessões internas da Secretaria do Interior, pois, em longo comunicado interno, datado de 07/02/1911, da 7ª sessão ao Secretário do Interior (APM. SI. 2894) e assinado por um funcionário (P. Pereira - não foi possível identificar seu cargo) começa rememorando fatos ocorridos em 1908, envolvendo as circunstâncias, não tão harmoniosas em que se deram os acertos para a construção e também as divergências havidas em torno da fiscalização da obra, antes de tratar do fato principal do momento – o problema da água. Só então apresentava uma sugestão:

A única solução que eu acho para a questão é V. Excelência entrar em acordo com o presidente da Câmara no sentido de o Estado fazer-lhe o adiantamento da quantia necessária para a execução de um serviço perfeito de abastecimento de água potável à cidade, de conformidade com uma recente lei que autoriza a concessão de empréstimos desta natureza. É o que me parece mais expedito e eficaz para fazer cessar a situação anômala em que se acha o grupo de Uberaba a respeito de sua instalação sanitária. (APM. SI. 2894. Comunicado interno manuscrito, 7ª sessão, 07/02/1911)

Isso não se concretizou,⁵⁹ pois, em setembro, outro comunicado interno (APM. SI 3835. Secretaria do Interior do Estado de MG, 04/09/1911), do mesmo funcionário P. Pereira, ao Secretário do Interior, relatava que fora redigido ofício ao Presidente da Câmara de Uberaba, pedindo providência para o “mesmo velho problema”, mas acreditava que esse recurso não surtiria resultado satisfatório, já que, anteriormente, esse Presidente afirmara que nada podia fazer. Rememora a sugestão de Jesuíno Felicíssimo (de nova canalização, direta de outro reservatório) e o preço: 25:000\$000 e relata que o engenheiro do Estado, Nicodemus Macedo, em orçamento arbitrário de canalização, apresentara o preço de 3:710\$647. Assim, seria imprescindível e inadiável mandar recalcular, orçar de novo e executar a obra, providenciando para que o grupo ficasse, desde então, bem servido de água para o seu asseio. E finalizava, afirmando que da Câmara nada se devia esperar e apresentava três razões para justificar sua conclusão:

Primeiro: porque si não pagou as prestações a que se obrigou pela construção do edifício do grupo, muito menos aceitará o convite para fazer consertos ou melhoramentos no mesmo prédio; segundo: porque o fornecimento de água à população dali é privilégio de uma empresa gananciosa; terceiro: finalmente, porque, conforme comunicação

⁵⁹ Há uma anotação acima do cabeçalho desse comunicado interno, nos seguintes dizeres: “A câmara me parece que vai fazer uma proposta de empréstimo. Aguardemos. (assinatura)”. Isto permite inferir que nenhuma providência foi tomada, pois ficou-se aguardando a iniciativa do Presidente da Câmara de Uberaba.

recente do presidente da Câmara, não é possível por enquanto fazerem-se obras dispendiosas por conta da Municipalidade porque seus cofres ficaram exauridos com as despesas da recente exposição pecuária ali realizada. (APM. SI. 3835. Secretaria do interior do Estado de MG, 04/09/1911)

A resposta da Câmara ao Secretário do Interior contrariou tais previsões: “[...] o agente executivo municipal comunica a V. Ex. que a Câmara, dentro do mais curto prazo possível providenciará para que o grupo escolar desta cidade seja abastecido de água em quantidade suficiente, [...]” (APM. SI 3816. Ofício da CMU ao exmo.sr.dr. Delfim Moreira, 18/09/1911).

O que parecia ser, enfim, a solução, no entanto, não o foi, visto que há outros ofícios, contendo relatos e reclamações sobre o problema. Em 1914, a Câmara passou a assumir as despesas de água, mas o abastecimento estava precário e, conforme relatório do diretor (APM. SI. 3527. Relatório do movimento GEU, 1914) o Agente Executivo, a pedido da direção, mandou que Jesuíno Felicíssimo fornecesse “água em pipas, puxadas por carroças”.

No ano seguinte, o problema se fez presente mais cedo – faltou água em abril – o que obrigou a servente a buscá-la, em baldes, na vizinhança, para beber e lavar os sanitários. (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do grupo, 1915). Na ocasião, o diretor enviou ofício à Câmara relatando o problema. O novo Agente Executivo – Hildebrando Pontes - mandou fazer nova canalização, não mais captando água do antigo fornecedor, mas de outro empresário, Antônio Cunha Campos. No dito relatório ao Secretário do Interior, o diretor voltava a sugerir que fosse autorizada a abertura de uma cisterna equipada com bomba hidráulica.

Esse foi o último documento em que houve referência à precariedade no abastecimento de água. Desde que se falou a primeira vez no problema até então, passaram-se seis anos. Não há nos demais anos, que compõem o recorte temporal desta pesquisa, outros registros sobre tal fato.

Diretamente relacionado à escassez de água, ocorreram problemas nas instalações sanitárias, que foram objeto de constantes pedidos de reparos, os quais, em geral, eram feitos anualmente. Mediante reclamação do diretor, Francisco de Melo Franco (1º diretor efetivo, 1910/1918), de que os pátios dos recreios eram pequenos (APM. SI. 3461. Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913), há despacho registrado na lateral do documento, no qual autoridades da Secretaria do Interior demonstram interesse em providenciar soluções, ao escrever: “verificar se há terreno suficiente para

o aumento dos pátios.”⁶⁰ Assim, alguns problemas da construção estavam sempre em processo de solução. Outros, no entanto, sem solução alguma, como: o tamanho dos pátios, a falta de um lugar para instalar a aula do curso técnico, (não havia nenhuma oficina ou galpão apropriado) e o número de salas de aula⁶¹. Essas eram oito, mas nos primeiros anos, conforme relatórios, só sete estavam mobiliadas. Quando foram enviadas mais carteiras, a sala da direção e a dos professores cederam o espaço, ficando instaladas dez salas (APM. SI 3416. Ofício, 03/06/1912). Não há informação sobre qual foi o destino do diretor e dos professores. Infere-se que tenham se instalado no espaço do salão nobre, por ser o único local em que não funcionou como sala de aula e por ter espaço suficiente para abrigar o serviço de direção e os docentes. O número de salas de aula era insuficiente para atender o número de alunos e turmas em funcionamento. Esse tema será alvo de maiores detalhamentos no próximo item deste capítulo, ao se falar dos alunos. Mas aqui, ao focar o espaço, é pertinente uma observação: o grupo era dividido em duas alas, com quatro salas cada uma, subtendendo-se que, uma era destinada ao sexo feminino e a outra ao masculino. Mas, no dia-a-dia do grupo esta divisão não funcionava dentro desse esquema. Na realidade, os sexos eram divididos não por lugar, mas por tempo. Pois, as aulas masculinas eram concentradas no turno matutino, em geral com 6 ou 7 turmas (apenas uma classe regular à tarde e algumas aulas técnicas) e as aulas femininas eram todas no turno vespertino.

No entanto, esses anos iniciais de convívio com o problema da água (embora sazonal) e outros aqui comentados, evidenciam que a implementação da escolarização republicana enfrentou desafios e contradições de várias ordens, a começar pelo espaço escolar dos grupos. Esses foram idealizados como lugares que se apresentassem diferentes, superiores aos “pardieiros”, (denominação que se criou para se referir aos locais precários onde ocorriam as aulas ministradas por professores públicos ou particulares na época do Império). O desafio reside na tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem de um regime político para outro. E a contradição reside no fato de que, entre o que foi planejado, dito ou alardeado, na prática muitas vezes, não se realizou. A questão da higiene e da salubridade era, por um lado, objeto das normas de construção, mas, no

⁶⁰ Com base em observação direta no local, hoje, afirma-se: não havia terreno dentro do espaço interno, compreendido entre as alas laterais e o muro do fundo do grupo, para o aumento dos pátios de recreio.

⁶¹ Em alguns anos funcionaram turmas com mais de cem alunos matriculados, principalmente nas classes dos primeiros anos masculinos (APM. SI 3681. Relatório do Diretor do GEU, 03/02/1917).

caso específico desta escola, foram contrariadas, diante da escassez da água. Por outro lado, se a escola estava inserida em uma comunidade que convivia com os problemas de abastecimento e saneamento, como não ser afetada pelo que era uma especificidade local?

Para Antonio Viñao:

A construção do espaço como lugar [...] é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. [...]. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar -, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território.” (VIÑAO, 2005, p.17)

No caso do Grupo Escolar de Uberaba observa-se que enquanto as autoridades dirigentes – da Câmara ou integrantes do governo mineiro – não assumiam unilateralmente e nem conjuntamente a solução do problema e ficavam se acusando mutuamente ou cada um esperando que o outro assumisse as despesas, na escola, os transtornos afetavam a vida cotidiana de todos: diretor, professores, alunos, funcionários, ou seja, a vida daqueles que conviviam no espaço interno *desse lugar*. (Grifo meu).

É pertinente afirmar também, que o governo mineiro projetou o seu espaço, um empreiteiro o edificou, tornando-o materialmente visível. Mas foi após a sua ocupação por alunos, professores e funcionários, que esse espaço foi construído e reconstruído, adequando-se, para tornar-se duplamente, um espaço-território e um espaço-lugar de convivência e produção de uma cultura escolar própria. Demonstrando uma melhoria nas condições, em 1915, o diretor do grupo, registra em seu relatório final:

[...], este estabelecimento tem progredido sempre e representa atualmente, no seu conjunto de edifício, material didático, corpo de professores e orientação pedagógica, um sistema que se emparelha com os melhores do Estado, podendo tornar-se melhor ainda à proporção que, realizado como se acha o trabalho de conjunto, se forem ultimando as reformas de detalhes, consistentes em sucessivos e contínuos melhoramentos materiais e tendentes a tornar perfeitamente metódico, racional e prático, em todas as cadeiras do instituto, o ensino de cada

uma das matérias do programa. (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915, p. 2)

Contudo, em 1916, o diretor pede novamente reparos nas instalações sanitárias e, ainda, no cimentado do alpendre, nos vidros das janelas que davam para a praça pública (APM. SI. 3681. Relatório do movimento do GEU, 1916, p. V). Mas só em 1918 foi atendido, pois em março desse ano, o inspetor técnico regional (ITR), Ernesto de Melo Brandão, comenta o serviço que estava sendo realizado: a troca dos vidros, a limpeza, etc. E em outro relatório do mês de abril, escreve: “O prédio do grupo escolar passou por uma limpeza geral, apresenta agora um aspecto alegre e agradável. O serviço ficou bem feito” (APM. SI. 3798. Relatório de Inspeção, 17/04/1918). Em setembro, demonstra que o espaço escolar, agora, já estava mais adequado aos ideais da época:

O GEU continua no seu disciplinar funcionamento em prédio próprio que possui todas as condições de conforto e higiene. No edifício e em todas as suas dependências reina o mais perfeito asseio. Vasos com flores naturais e plantas ornamentais enfeitam os alpendres e pátios internos. Está provido de mobiliário e material didático. (APM. SI. 3798. Relatório do ITR, 1ª quinzena de setembro de 1918)

Considerando-se todo o exposto anteriormente, com relação ao espaço escolar desse grupo, pode-se reafirmar, amparando-se no pensamento de Vinão (2005, p. 17), anteriormente citado, que, quando o prédio foi inaugurado e as aulas começaram, começava, simultaneamente, a passagem do que fora o espaço escolar idealizado nas leis de reforma do ensino para o campo da concretização desse, como espaço-lugar, território escolar de vivência cotidiana, onde os desafios reais se interpõem e os homens os enfrentam, divergem-se, mas também se unem, adaptam-se ao lugar, ou esse às suas necessidades, superam algumas vezes os desafios, outras não. No GEU, eles foram sendo superados.

O grupo teve especificidades quanto ao seu prédio escolar, mas teve também aspectos em comum com outras escolas desta fase da história nacional, quando se olha a partir da perspectiva desvendada por Escolano:

Toda arquitetura é em definitivo necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus signos indiciários deixam [...] vestígios que guiam a conduta. A antropologia do espaço não pode evitar ser física e lírica a uma só vez. [...]. A arquitetura escolar, além desta análise semiológica, pode ser contemplada ademais como suporte

de outros símbolos incorporados. O edifício-escola, como é bem sabido, tem servido de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, a campainha e o relógio... Ele expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sócio morais. (1993, p. 107-8)

Nesse sentido, o prédio do GEU também constituiu suporte para os símbolos cívicos usuais da época, pois, no início de seu funcionamento, ostentou sob diferentes formas as imagens dos *heróis* republicanos. Assim, relata o jornal *Lavoura e Commercio*, (ed. 1.068, 07/10/1909), ao noticiar as solenidades da inauguração: “aos salões em que funcionam as aulas foram dados os seguintes nomes, legítimos expoentes da história do país, de Minas e de Uberaba” e relaciona onze nomes, os quais eram: Paes Leme, Antônio de Albuquerque, Philippe dos Santos, Cesário Alvim, Thomé de Souza, José Bonifácio, Benjamin Constant e Major Eustachio, Tiradentes (sala do diretor), João Pinheiro (salão de honra), Bárbara Heliadora (sala das professoras). O salão nobre foi também um espaço que ostentou fotografias, colocadas em homenagem às autoridades do governo mineiro e superiores hierárquicos relacionados à própria escola.⁶²

Mas, ao lado dessas, passou também a ocupar espaço no salão nobre, a partir de 1917, um crucifixo. Desde 1913, ano em que o bispo diocesano participou como presidente na solenidade de formatura dos concluintes, esse clérigo observou, durante sua fala, que tal tipo de imagem faltava ali naquele espaço e que, portanto, deveria ser colocada. No ano de 1917, são enviadas duas correspondências pedindo autorização ao Secretário do Interior para a efetivação desse propósito. A primeira é de pessoa da comunidade, Coronel Jacinto F. de Oliveira (APM. SI. 3681. Carta de 28/03/1917), alegando que, com tal solicitação, visavam acompanhar o que haviam feito os católicos de Belo Horizonte. O segundo ofício é do próprio diretor (APM. SI. 3681. Ofício de 31/03/1917), relatando que fora procurado por três coronéis (e cita os nomes, inclusive, desse acima) e um advogado, fazendo-lhe o pedido em questão e, nesse sentido, solicita

⁶² No primeiro aniversário do grupo, colocou-se a foto de Wenceslau Braz (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1161, 02/10/1910), a de João Pinheiro, foi uma homenagem póstuma feita na festa de 21 de Abril de 1912, (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1324, de 25/04/1912), e na seqüência, outras foram colocadas como do inspetor técnico regional e ex-diretor em comissão, Ernesto de Melo Brandão, (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1351, de 28/07/1912), do Secretário do Interior Delfim Moreira (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1392, de 19/12/1912), a imagem de Tiradentes - quadro pintado a óleo, pelo professor do ensino técnico e emoldurada pelos alunos -, (APM. SI. 3527. Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 1914), e por fim a foto do Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915).

autorização nos seguintes termos: “Levando o fato ao conhecimento de V. Excia., rogo-lhe a equidade de me conceder a necessária autorização para atender os referidos senhores acerca do pedido que acabam de me fazer”. Interessante e um pouco irônico é o despacho dado por P. Pereira, encaminhado à 6ª sessão, registrado em folha anexa e aqui reproduzido:

O diretor do grupo de Uberaba, [...], consulta si pode consentir que no salão nobre do grupo se colloque a imagem de Christo, como lhe foi pedido por algumas pessoas daquela cidade e a exemplo do que se tem praticado aqui na capital e em outros logares. Entretanto, já li no ‘Estado de São Paulo’ a matéria dessa solenidade, que por signal foi presidida pelo bispo D. Eduardo Silva. É excusado, pois, dar-se agora auctorização para se fazer uma cousa que já está feita. 18/04/1917. (APM. SI. 3681, folha anexa ao officio de 31/03/1917)

Esse episódio possibilita algumas interpretações. Por um lado, demonstra a forma da direção do grupo relacionar-se com a comunidade envolvente, não era de embate, mas de conciliação, dada pela sua inserção nesta comunidade específica – Uberaba: sede de bispado e cidade de tradição religiosa, com muitas igrejas e duas escolas católicas. Por outro lado, não deixa de ser uma contradição o fato de uma escola laica portar a imagem de Jesus Cristo.⁶³

Mas a própria localização deste grupo promoveu um aspecto interessante e que se recobre de simbolismo, quando se atenta para o fato de que essa escola foi construída praticamente lado a lado com a Igreja de São Domingos, distando dessa apenas uma quadra, ambas as edificações no alto da colina e com suas fachadas no mesmo sentido: voltadas para o centro. Isto remete à possibilidade de tecer certas considerações.

O grupo era representativo do poder do governo, republicano e laico. A Igreja representando o poder secular do catolicismo. Duas instituições, em grandes construções, embora a Igreja mais alta e mais monumental. Mas o grupo, nesse aspecto, também tinha o seu lugar. Assim que ficou pronto, passou a figurar, em lista feita pelo jornal *Lavoura e Comércio*, entre as dez construções públicas mais importantes e

⁶³ Porém, os símbolos republicanos, superavam em quantidade os religiosos, pois enquanto havia uma imagem de Jesus, havia dois mastros para hastear a bandeira nacional: um desde a inauguração, colocado na fachada voltada para a Praça Comendador Quintino, e, passou a ter outro, no pátio interno, a partir de 1914 (APM. SI 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915). A bandeira nacional, como símbolo máximo da pátria republicana, era cultuada não só na data de sua instituição, 19 de novembro, mas em todas as comemorações cívicas. Além disso, em todos os dias antes do início das aulas eram cantados os hinos Nacional e à Bandeira, conforme afirmou a entrevistada, D. Fiúca (Ver **Anexo G** - Entrevista completa).

bonitas da cidade. A questão do simbolismo reside no fato da posição paralela das duas construções (**Fig. 12**).

Se geograficamente, não estão nem divergentes, nem convergentes, no âmbito do convívio social e político, também esta mesma situação ocorreu. Embora no grupo não se ensinasse religião, a convivência com as autoridades religiosas se deu (após ligeiro impasse inicial, por ocasião das primeiras matrículas) de forma cordial. O bispo da diocese, D. Eduardo Duarte, freqüentava o grupo participando em festividades. Chegou, inclusive, a ser paraninfo da turma, que concluiu o primário em 1913, e na ocasião ele comentou o aspecto da laicidade do ensino.⁶⁴

Figura 12 - Prédio do Grupo Escolar de Uberaba (à esquerda). Ao centro (2º plano) a Igreja São Domingos (década de 30)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA.

⁶⁴ Ao noticiar o evento ocorrido no grupo e referir-se à participação de D. Eduardo, o texto jornalístico destacava: “Sua Exc. Revm., como zeloso pastor desta diocese, lamentou sinceramente a ausência da imagem de Jesus Christo no salão de Grupo Escolar, não compreendendo porque se persiste na continuação dessa lacuna em desacordo com as idéias dos brasileiros, lacuna essa todavia amparada pela Constituição” (Lavoura e Commercio. ed.1.517, 12/12/1913).

Outro aspecto, ainda relacionado à religião, advém do fato de que, em Uberaba, em todas as praças, mais antigas e centrais, existe um templo católico. A única dessas praças em que não há uma igreja é a Comendador Quintino, onde está o Grupo.

O Grupo Escolar de Uberaba foi denominado em algumas ocasiões, nos textos dos jornais locais, como: *verdadeiro templo do bem, templo do saber*. Essas denominações conferiam ao Grupo certa identidade social e revelava a importância dada pelos intelectuais (em geral positivistas) à escola na Primeira República, atribuindo-se a ela o poder de formatar corpos, espíritos e corações, produzindo novos e melhores sujeitos, em todos os aspectos humanos, para que esses possibilitassem o progresso à sociedade brasileira.

3.2 O perfil da clientela do Grupo Escolar de Uberaba e a identidade histórica da instituição

Uma instituição escolar, ao ser criada, oferta certa modalidade de ensino objetivando atender determinada clientela. Em meados da Primeira República, no Brasil, e em especial em Minas Gerais, a preocupação dos dirigentes políticos era criar escolas visando diminuir os índices de analfabetismo, existentes principalmente, entre os componentes das camadas populares, para cujos filhos, os discursos políticos afirmavam, deveriam ser criados os grupos escolares. Havia certa preocupação com a qualidade do ensino. Mas o aspecto central era a questão da quantidade, o número de alunos que deveriam ser atendidos, alfabetizados.

O Grupo Escolar de Uberaba (GEU) possuía oito salas de aula. Nesse espaço quantos alunos poderiam ser atendidos? As normas estabelecidas pelo encarregado dos prédios escolares, José Dantas, no Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado, 1908 (APM. Anexo H, p. 658), prescreviam que “as salas de aulas [deveriam ser] bastante espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em número e dimensões calculadas á razão de 40 crianças em cada sala, e com um ambiente de 5m² para cada menino”. Portanto, respondendo o questionamento, com base nessa informação, em princípio, nessa escola, poderiam estudar, em dois turnos, 640 alunos⁶⁵, ou 800 de

⁶⁵ Oito salas, em cada uma quarenta alunos: $8 \times 40 = 320 \times 2$ (turnos) = 640 alunos.

acordo com o que diz um decreto da mesma época, relatado por MOURÃO (1962, p.160):

Em 03/01/1907, o Presidente João Pinheiro e seu Secretário do Interior [...] subscreveram o Decreto nº. 1.969 que aprovava o Regimento Interno dos Grupos Escolares e [...], [que] especificava [...]: I – Pelo menos quatro salas de aula, *tendo cada uma capacidade para 50 alunos*; [...]. (Grifos meus)

3.2.1 Os dois primeiros meses de funcionamento do Grupo no ano de 1909

No ano de 1909, o GEU funcionou de maneira excepcional, atípica, apenas durante dois meses: outubro e novembro.⁶⁶ E os dados relativos aos números, tanto de matrículas, quanto de frequência, não foram encontrados embora existam alguns indícios que dão uma idéia nesse sentido. O jornal *Lavoura e Comércio*, em reportagem sobre a inauguração (ed. 1.067, 03/10/1909), afirma que estavam matriculados 760 alunos, distribuídos por onze classes, em dois turnos, de 1º a 3º ano, sendo oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano. Há também um telegrama do Diretor em comissão, Ernesto de Melo Brandão, ao Secretário do Interior que traz o seguinte texto: “Grupo escolar installado hoje solenmente presidiu sessão agente executivo passeata 609 alumnos brilhantissima aclamado governo do Estado nome de V. Exª povo delirante entusiasmo, Congratulações” (APM. SI. 2986, 03/10/1909, 5ª sessão). Esses dois relatos dão certa noção da quantidade de alunos envolvidos com o grupo, mas não são registros oficiais, do próprio estabelecimento, e nem coincidentes entre si, quanto aos números.

Uma outra fonte relativa ao número de alunos, encontra-se em um levantamento estatístico oficial publicado na imprensa, que traz dados demonstrando o impacto do grupo no setor escolar da cidade. Nele há uma comparação entre os anos de 1908 (em que o grupo ainda não existia) e 1909 (antes e depois do grupo), aqui sintetizados no **Quadro 07**.

⁶⁶ O ano letivo nos grupos era composto de dois semestres, de acordo com o regulamento contido no Decreto nº. 1960 de 16/12/1906: “O primeiro semestre começaria a 21 de janeiro e terminaria a 30 de junho; o segundo semestre começaria a 1º de julho e terminaria a 14 de novembro. Não havia, pois, férias no meio do ano letivo” (MOURÃO, 1962, p. 146).

Quadro 07 - Estatísticas sobre a instrução em Uberaba (1908/1909)

Anos	Escolas públicas urbanas	Crianças matriculadas	% em relação à população urbana
1908	14	1.455	15,83
1909 (sem o grupo)	18	1.859	20,24
1909 (após o grupo)	12	1.982	21,37

Fonte: LAVOURA E COMÉRCIO, ed. 1139, 12/06/1910.

Observando-se os dados do quadro é possível tecer algumas considerações. Comparando-se os anos de 1908 e 1909, percebe-se um crescimento do número de escolas, matrículas e conseqüentemente do percentual de população atendida. O grupo alterou essa situação, pois absorveu seis escolas isoladas, fazendo-as desaparecer, enquanto classes multisseriadas. Mas, como abriu com onze classes seriadas, pode-se considerar que aumentaram em cinco, o número de salas de aula na cidade. Então, se antes do grupo havia dezoito salas de aula (em escolas isoladas) e com o grupo passaram a ter doze escolas isoladas, mais onze classes seriadas, conclui-se que as turmas de estudantes totalizaram então, 23 classes. Porém, a inclusão de novos alunos não foi tão marcante, pois, aumentaram em 123 as matrículas novas. Mas, por outro lado, o crescimento registrado do ano de 1908 para 1909, pode ser creditado como influência do grupo que nesse período já se encontrava em construção, promovendo expectativas em torno do momento em que passaria a funcionar.

Quanto à freqüência, um texto jornalístico (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1069, 10/10/1909) afirma que é boa, com o grupo funcionando apenas há uma semana, mas não traz outros dados. Nesse mesmo texto, o jornal incentivava, com promessas de premiação, aos alunos que se destacassem, no ano de 1910, pelo comportamento, aplicação, (isto envolvia freqüência). O prêmio seria a publicação na página de honra, das fotos de um menino e uma menina destaques. Essa iniciativa do jornal ganhou adeptos entre os comerciantes locais, e, nas edições seguintes (nº. 1070, 14/10 e nº. 1071, 17/10), mais promessas de prêmios (relógios, uniformes) foram anunciadas.

3.2.2 O movimento dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba entre os anos de 1910 a 1918

Consultando diversas fontes existentes no Arquivo Público Mineiro, no acervo proveniente da Secretaria dos Negócios do Interior, elaborou-se o **Quadro 08**, contendo dados sobre o movimento dos alunos, embora com algumas lacunas.

Quadro 08 - Movimento (matrículas, frequência e eliminação) dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba – 1910 a 1918

Anos	Quant. de classes	N. de alunos Matriculados (meses)			Alunos eliminados	Total do 2º sem.	Média de frequência	% da frequência
		Jan.	f/m/abr.	Jul.				
1910	08	520	-	109	76	553	276(1ºs) 269(2ºs)	53,0 48,6
1911	12	550	-	-	-	-	-	-
1912	09(1ºs) 10(2ºs)	638	-	-	-	-	400 (no ano).	62,6
1913	13	768	20	88	340	536	388(1ºs) 406(2ºs)	49,2 75,7
1914	13	838	42	88	337	631	443(1ºs) 338(2ºs)	50,3 53,5
1915	13	867	27	100	340	654	394(1ºs) 352(2ºs)	44,0 53,8
1916	14	785	18	101	- 70	534	408(1ºs) 400(2ºs)	50,8 74,9
1917	14	768	-	-	-	-	-	-
1918	14(1ºs) 12(2ºs)	763	13	-	-	632	493(1ºs) 402(2ºs)	63,5 63,6

Fontes: APM.⁶⁷

⁶⁷ As fontes são diversas em cada ano. 1910: SI 3346, Relatórios dos inspetores técnicos regionais, Antônio Louveira Gomes e Ernesto C. Santiago; 1911: SI 2894, Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco de 29/01/1911; 1912: SI 3390, Relatório do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos; 1913: SI 3461, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913; 1914: SI 3527, Relatório do movimento escolar (1914); 1915: SI 3579 Relatório do diretor de 1º de fevereiro de 1915 e SI 3619 Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915; 1916: SI 3681 Relatório do movimento do GEU 21/12/1916; 1917: SI 3681 Relatório do diretor de 03/02/1917; 1918: SI 3798 Relatório do inspetor regional, Ernesto de Melo Brandão em 17/04/1918 e 07/10/1918.

A partir desses dados, torna-se claro o número de alunos matriculados a cada ano e a movimentação desses: a permanência, o abandono e a média de frequência. Permite, ainda, fazer médias de alunos por sala e perceber se a oferta e a procura eram compatíveis. Olhando-se os números de matrículas do 1º semestre, em termos absolutos, pode-se pensar que a oferta (considerada de 800 alunos), era, em geral, maior que a procura. Nos anos de 1914, 1915 1916 ocorre o inverso. Mas quando se atenta para o número de classes em funcionamento, percebe-se que a quantidade de alunos ultrapassava os 50 por sala, excetuando-se apenas o ano de 1911. Chega-se a tal resultado, quando se divide o número de alunos, em cada ano, pelo número de classes.⁶⁸

Embora se apresentem aqui raciocínios meramente especulativos, pois baseados em médias aritméticas e não nas evidências dos registros, esses podem servir de parâmetro para demonstrar que as salas de aula acabaram por funcionar com mais alunos que o idealmente projetado. Na situação real, em que o número de alunos por sala era circunstancialmente determinado pela procura que se efetivava através das matrículas, pode-se ver que em algumas delas havia espaço ocioso e em outras ultrapassava grandemente os números previstos. São exemplos ilustrativos dessa situação extrema, os dados relativos aos anos de 1915 (**Quadro 09**) e 1917 (**Quadro 10**). Nesses anos a distribuição de alunos por sala foi a seguinte:

Quadro 09 - Quantidade de alunos por sala, no ano de 1915

1º T U R N O	Turma	alunos	sexo	2º T U R N O	Turma	alunos	sexo
	1º A	90	M		1º	83	M
	1º B	81	M		1º A	90	F
	2º A	100	M		1º B	82	F
	3º A	43	M		2º A	53	F
	3º B	41	M		2º B	61	F
	4º ano	23	M		3º ano	79	F
					4º ano	51	F

Fonte: APM. SI 3579, Relatório do diretor ao SI, de 1º de fevereiro de 1915. (Nota: foram feitas 867 matrículas e os discentes distribuídos em 13 classes/turmas)

⁶⁸ Em 1910 - (520 alunos divididos em 8 classes = 65 alunos); 1911 - (550 : 12 = 45); 1912 - (638: 9 = 70); 1913 - (768: 13 = 59); 1914 - (838: 13 = 64); 1915 - (867: 13 = 66); 1916 - (785: 14 = 56); 1917- (768: 14 = 54) e 1918 - (763: 14 = 54).

Quadro 10 - Quantidade de alunos por sala, no ano de 1917

1º T U R N O	Turmas	alunos	sexo	2º T U R N O	Turmas	alunos	sexo
	1º B	107	M		1º A	115	M
	2º A	51	M		1º A	64	F
	2º B	64	M		1º B	59	F
	3º A	33	M		2º A	68	F
	3º B	34	M		2º B	43	F
	4º ano	12	M		3º A	44	F
					3º B	37	F
					4º ano	37	F

Fonte: APM. SI 3681, Relatório do diretor ao SI, de 03/02/1917. (Nota: foram feitas 768 matrículas e os discentes distribuídos em 14 classes/turmas)

Enquanto havia salas com mais de cem alunos, havia outras com menos de vinte. Diante desses dados, cabe um questionamento: por que isso ocorria? Não há uma resposta e nem comentários, feitos de antemão, por quaisquer pessoas ligadas ou à gestão ou à fiscalização da escola, diretor ou inspetor. Além disso, no governo do Presidente Júlio Bueno Brandão e seu Secretário do Interior, Delfim Moreira, fez-se uma completa revisão das disposições referentes ao ensino, (através da Lei 533 de 24 de setembro de 1910), baixada com o Decreto nº. 3191 de 09 de junho de 1911, em que, segundo Mourão (1962, p.196): “O professor não era obrigado a admitir mais de 50 alunos na sua sala, pois esta era a capacidade com que deveria ser construída”. Essa norma, ao que parece, não teve força para se impor.

Algumas circunstâncias podem ajudar a compreender, em parte, a situação apresentada nos quadros. Primeiro, o índice de analfabetismo era alarmante e, com o objetivo de diminuí-lo, não se recusavam alunos (embora as leis da época excluíssem as crianças com moléstias contagiosas incuráveis ou as loucas); depois não havia número de vagas pré-estabelecido. Em Uberaba, os jornais anunciavam que as matrículas estavam abertas, sem mencionar limitação de qualquer ordem; além disso, a frequência era baixa, o abandono e a conseqüente eliminação⁶⁹ dos alunos eram significativos. Assim, matriculavam-se muitos alunos, mas os que chegavam até o fim do ano eram em número bem menor.

⁶⁹ “Seriam eliminados da matrícula os alunos que faltassem 60 dias consecutivos. Não consta no Regulamento (nº. 3.191 de 09 de junho de 1911), baixado no governo de Julio B. Brandão nenhuma sanção contra os responsáveis por esses alunos que abandonassem a escola ou faltassem mais de 60 dias consecutivos. Teria frequência mensal o aluno que comparecesse, no mínimo, ‘a 15 lições em cada um dos meses do ano letivo’. A frequência mensal correspondia a um comparecimento a 75 aulas, no mínimo, durante cada semestre, o período de cinco meses, entre 1º de fevereiro e 30 de junho, ou entre 1º de julho e 30 de novembro” (Mourão, 1962, p. 196).

Em termos percentuais, com base no **Quadro 08**, anteriormente apresentado, a frequência no GEU variou entre a mínima de 44,0%, em 1915 (1º semestre), e a máxima de 75,7% em 1913 (2º semestre). Mas os valores predominantes estão próximos do que se registrava em toda Minas Gerais. A título de exemplo, retirou-se do Relatório apresentado pelo Exmo.sr.dr. Delfim Moreira, Secretário do interior ao Exmo.sr. Presidente do Estado, dados do *Resumo da Estatística Escolar (1912-1913)*,⁷⁰ sintetizados no **Quadro 11**.

Quadro 11 - Matrículas e frequência nos grupos urbanos do Estado de Minas Gerais (1912)

ANO de 1912	Grupos urbanos	Matrícula total	Frequência total	% de frequência sobre a matrícula
1º semestre	72	29.643	18.732	63,19%
2º semestre	82	33.288	19.660	59,06%

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1.494, 19/10/1913, p. 2

Em 1915, outro Secretário do Interior, Américo F. Lopes, apresentou em seu relatório ao Presidente do Estado, os dados de matrícula e frequência, resumidos no **Quadro 12**:

Quadro 12 - Estatística Escolar em Minas Gerais (1915)

ANO de 1915	1º semestre	2º semestre
Matrículas	149.333	162.439
Frequência	97.803	94.347
Percentual (freq./matrícula)	65,49%	58,08%

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed.1852, 05/03/191

⁷⁰ No quadro geral completo, constam também dados referentes às escolas isoladas (urbanas, rurais e distritais) e aos grupos distritais, que chegam a atingir em todo o Estado, 138.719 alunos matriculados; 82.282 alunos frequentes; que corresponde a 59,31% de frequência, sobre a matrícula.

Ao apresentarem dados relativos à frequência, os autores os faziam acompanhar de justificativas, que são de natureza variada. O Secretário do Interior, Américo F. Lopes, no relatório acima citado, afirma: “A baixa frequência nos últimos meses de 1915 teve como causa a crise econômica por que passamos, a qual motivou a retirada de muitos alunos das escolas para os trabalhos agrícolas, nas localidades do interior”.

A frequência era considerada um problema da Escola. Isso se dava porque embora estivesse prevista a obrigatoriedade da Educação, na Reforma João Pinheiro (Lei nº. 439 de 28/09/1906), no regulamento (Decreto nº. 1960 de 16/12/1906), esse princípio não se concretizou. (Esse tema já foi comentado no presente trabalho, no Capítulo I, item 1.5). Anos depois, pelo Decreto 3.191 de 09/06/1911 - Reforma Bueno Brandão/ Delfim Moreira -, a obrigatoriedade foi definida nos seguintes termos: “O ensino primário era obrigatório, dentro do perímetro escolar, para crianças [...] de 7 a 14 anos [...]. O perímetro escolar [...] abrangendo: [...] um quilômetro para o sexo feminino e dois [...] para o sexo masculino” (MOURÃO, 1962, p.198). Ou seja, estabeleceu-se uma obrigatoriedade relativa, plasmada no princípio liberal.

Sobre os motivos causadores dos problemas de frequência, no GEU, o inspetor técnico regional, Alberto da Costa Mattos, em dois relatórios, observa que essa teria sido maior se não fossem as chuvas continuadas e pesadas que caíram, impossibilitando o comparecimento, no início de fevereiro, de alunos que moravam mais distantes (APM. SI 3390, Relatório de 15/02/1912) e também, no mês de abril, as eleições agitadas no município e a Semana Santa (APM. SI 3390, Relatório de 15/04/1912). Nesse mesmo sentido, o diretor Francisco de Melo Franco, no relatório da movimentação do ano de 1915, referindo-se à frequência do segundo semestre (**Quadro 08**) justifica que a eliminação dos alunos não frequentes, deu-se por uma série de motivos: transferência para outras escolas⁷¹, mudança de residência, por terem se empregado, adoecido, falecido ou outros motivos ignorados (APM. SI 3619, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915).

Os motivos apontados demonstram, conforme estudos de Vidal e Faria Filho (2002, p. 22-3), que o processo de escolarização enfrentou dificuldades com relação ao

⁷¹ Havia uma movimentação dos alunos entre o Grupo e as duas outras escolas maiores. No início do funcionamento do Grupo foi bem acentuada, chegando um inspetor técnico a registrar: “Não eram boas as condições de ordem e disciplina, quando iniciei a [...] fiscalização e essa irregularidade agravada pelas hostilidades, ora manifesta, ora latente das congregações religiosas (marista e dominicanas) contra o grupo, [...], muito concorrem para a irregularidade da frequência dos alunos e mesmo a retirada de dezenas de crianças do Grupo. Essa hostilidade, que felizmente vai se neutralizando, foi sem dúvida um fator poderoso de perturbação da boa marcha do Grupo em sua primeira phase” (APM. SI. 3346. Relatório do ITR Ernesto C. Santiago, agosto-outubro, 1910).

uso do tempo, havendo, no início, um descompasso entre o tempo escolar e os outros tempos sociais. Contribuindo para acentuar o problema, havia a questão da não obrigatoriedade e a própria atitude da família, que não dava tanta importância à escola. Assim, não fazia com que seus filhos a freqüentassem com regularidade.

Assim, no GEU, ocorreu nos anos iniciais contemplados neste estudo uma grande movimentação de alunos, delineando-se a seguinte situação: o número de matrículas era elevado, podendo-se disso inferir que o acesso era relativamente fácil; mas a permanência não se dava dentro de uma regularidade. Com a freqüência comprometida vinha a eliminação e/ou evasão de muitos discentes. Portanto, no início do ano, projetavam-se salas cheias, principalmente nas séries iniciais. No meio do ano, a realidade já era outra. Então, com as matrículas suplementares, novos alunos eram inscritos, mas novos abandonos ocorriam, restando no final do ano um total sempre menor do que no início. No fim do período letivo, esses alunos ainda teriam um obstáculo a enfrentar, os exames finais, que resultariam em aprovação e promoção à série seguinte (ou conclusão no caso do 4º ano) ou em reprovação. O comparecimento aos exames podia ser maior ou menor do que a própria média de freqüência. Uma amostragem dessa situação pode ser observada no **Quadro 13**, a seguir:

Quadro 13 - Dados diversos relativos aos exames finais realizados no Grupo Escolar de Uberaba, do ano de 1913 a 1916

Anos	1913	1914	1915	1916
Matrículas totais no 2º semestre.	536	631	654	534
Média de freqüência no 2º semestre.	406	338	352	400
Alunos presentes aos exames.	396	370	370	388
% de presenças em relação às matrículas.	73,8	58,7	56,5	72,6
Número de alunos aprovados.	306	298	281	278
% aprovados em relação ao comparecimento.	77,2	80,3	75,9	71,6
% aprovados em relação às matrículas	57,0	47,2	42,9	52,0
Não compareceram	140	261	284	146
Número de alunos reprovados	90	72	89	110

Fontes: APM⁷² e LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1516 de 10/12/1913

⁷² Cada ano tem sua fonte correspondente: 1913: SI 3461. Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913; 1914: SI 3527. Relatório do movimento do GEU, 1914; 1915: SI 3619, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915 e 1916: SI. 3681. Relatório do movimento do GEU, 21/12/1916.

No Estado, têm-se os dados somente do segundo semestre de 1912, em que nos 82 grupos urbanos existentes estavam matriculados 33.288 alunos, com uma frequência média de 19.660 (59,06%), tendo sido aprovados um total de 8.696 alunos,⁷³ (LAVOURA E COMMERCIO, ed.1493, 17/10/1913), o que representava 26,12% em relação às matrículas do segundo semestre.

Os dados encontrados sobre o Grupo Escolar de Uberaba, quanto a esse aspecto, não são referentes a todos os anos pesquisados, daí serem considerados uma amostra. Menor ainda é a amostra com relação ao Estado, o que torna uma análise comparativa quase inviável. Porém, para não deixar de tentar realizá-la, pode-se perceber que, considerando os percentuais de resultados positivos (aprovação, promoção/conclusão) em relação às matrículas do 2º semestre, os valores percentuais obtidos no GEU em todos os quatro anos, são melhores do que os obtidos no Estado no ano de 1912. Mas, nos dois âmbitos, local ou estadual, é possível perceber a pirâmide de larga base e ápice reduzido, que ia se desenhando, da matrícula à conclusão do ensino primário.

Esses resultados obtidos no GEU, se olhados os percentuais de aprovação em relação ao de comparecimento, verifica-se certo sucesso dos alunos que enfrentaram os exames, pois são valores de mais de 70 e 80%, significativos em qualquer época. Mas há outra análise mais abrangente a ser feita, que é com relação aos que não compareceram aos exames e aos reprovados. Ao se atentar para esses outros dois aspectos e somá-los, o resultado do quadro geral mostra uma outra realidade. Tais circunstâncias, afinal, não podem ser consideradas sucessos e seus valores, em alguns anos, ultrapassam os de alunos aprovados. Em 1914 e 1915, houve respectivamente 298 e 281 aprovações, contra 333 e 373 reprovados e não examinados. Conseqüentemente, pode-se considerar que a escola republicana era muito seletiva, olhando-se a partir do fato da existência desses exames anuais, que em última instância era o fator decisivo do sucesso escolar do aluno. Os exames e as circunstâncias que esses envolviam foi tema comentado pelo diretor do GEU, nos seguintes termos:

Muito me esforcei por conseguir que aos exames comparecesse o maior número possível de alunos. Neste particular não tive, porém, a satisfação de ver os meus esforços coroados de êxito completo, porquanto, devido a causas que longo seria enumerar, considerável número de discentes que haviam freqüentado com assiduidade as aulas

⁷³ Promoção discriminada por série: ao 2º ano, 3.683 alunos; ao 3º: 2.565; ao 4º: 1.556; concluíram o primário: 892 alunos. Esses valores somados perfazem o total referido, de 8.696 alunos aprovados.

e cujos nomes se encontram, com boas médias de aproveitamento, nas listas apresentadas pelos professores, deixou de responder às chamadas nos dias dos exames. De acordo com o que disse algures um meu distinto colega, penso que, embora valham os exames como a última verificação do aproveitamento dos alunos, não devem eles, no curso primário, abolir por completo as promoções. Bem poderia o aluno passar ao ano superior, desde que a sua média anual de aproveitamento, mantida pelo professor, lhe desse direito à promoção. (APM. SI 3527, Relatório do movimento do GEU, 1914)

O diretor Francisco de Mello Franco, vivenciando o dia-a-dia no grupo, as lutas para se construir a escolarização republicana, percebia o gargalo que os exames impunham ao curso primário e se posicionou contrário ao peso atribuído a eles. Cabe então questionar: qual seria o destino dos alunos, reprovados ou não examinados? O mesmo que se registra ainda nos dias atuais: ou o abandono da escola, ou o retorno no ano seguinte entre os repetentes.⁷⁴ Nesse sentido, a escolarização republicana enfrentou problemas e desafios. E alguns deles até hoje não foram vencidos.

O GEU começou a funcionar em 1909, mas foi em 1911 que a primeira turma concluiu o ensino primário na instituição. Desse ano até o de 1917, têm-se os seguintes números de alunos concluintes a cada ano, demonstrados no **Quadro 14**.

Quadro 14 - Números de alunos concluintes do curso primário no GEU (1911 a 1917)

Anos		1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	Totais
Número total de alunos		17	15	34	28	31	28	19	172
Por Sexo:	masculino	01	11	10	13	08	06	06	55
	feminino	16	04	24	15	23	22	13	117

Fontes: LAVOURA E COMMERCIO⁷⁵ e APM⁷⁶.

⁷⁴ Ilustra essa situação anúncio publicado no jornal local, em que avisava sobre a reabertura das aulas em 21/01 cujas matrículas seriam feitas de 07 a 21/01 e quanto aos alunos que freqüentaram no ano anterior, mas não concluíram, esses precisavam “reformular suas matrículas” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1188, 05/01/1911).

⁷⁵ São várias edições do jornal *Lavoura e Commercio*, referentes aos diversos anos em foco: ed 1288, de 21/12/1911, p. 2; ed. 1392, de 19/12/1912; ed. 1517, de 12/12/1913, p. 3; ed. 1678, de 23/12/1914, p. 1-2; ed. 1828 de 15/12/1915; ed. 1931, de 07/12/1916 e ed. 2035, de 06/12/1917.

⁷⁶ SI 3448, Ata da entrega dos certificados aos concluintes, de 14/12/1913 e SI 3619, Relatório do movimento anual do GEU, 20/12/1915.

O número de alunos concluintes torna-se significativo, se comparados com os dados sobre o Estado, descritos no relatório de 1912, anteriormente citado, em que havendo na época 82 grupos urbanos, concluíram o 4º ano 892 alunos. Isso proporciona uma média de 10,8 alunos por grupo. Nesse ano, (de 1912), em Uberaba, registrou-se o menor número de conclusões: 15 alunos. Em todos os demais anos (1911, e 1913 a 1917), o número de concluintes é superior a esse valor.

Chama atenção o número de meninas em relação ao de meninos. Elas, nos sete anos enfocados no quadro acima, correspondem a mais do que o dobro deles. No entanto as salas com maior número de matrículas por turma (**Quadros 09 e 10**), são as masculinas dos primeiros anos da escolarização. Assim, pode-se afirmar que elas obtiveram, no GEU, mais sucesso do que eles, no sentido de levar avante o curso primário, chegando até o seu término.

3.2.3 Origens geográficas e socioeconômicas dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba

Quem eram esses meninos e essas meninas? Quais eram suas origens geográfica e socioeconômica?

Quanto à origem geográfica dos alunos, com relação às suas residências na cidade, não é possível saber com exatidão, pois não há, na E. E. Brasil, livros de matrículas da época, com os registros dos endereços. Acredita-se, entretanto, que a maioria dos alunos era proveniente do próprio bairro, por ser esse o mais populoso da cidade, na época. Por outro lado, tomando-se por base os nomes dos alunos concluintes de 4º ano (**Anexo F**), vê-se que há vários nomes de imigrantes estrangeiros⁷⁷, que vieram entre o final do século XIX e início do século XX para Uberaba. Dentre esses predominam os de famílias italianas. E o bairro Estados Unidos, onde se localizava o

⁷⁷ Nomes das famílias dos alunos do grupo, retiradas das listagens dos concluintes (Ver **Anexo F**), aqui identificados por nacionalidade de origem, a partir das informações contidas em PONTES, Hildebrando. (1978). *História de Uberaba e a civilização do Brasil Central*, p. 93-7. Italianos: Ricciopo, Nince, Colantoni, Anconi, Gomide, Penna, Borelli, Ponticelli, Paschoalini, Finamori, Maggiotti, Raffaelli, Pucci, Cicci. Espanhóis: Medina Coeli, Garcia, Fernandes, Paiva, Navarro, Peppe, Durão. Alemães: Nusdorfer, Finholdt. Francês: Fleury.

Grupo era também o reduto dos imigrantes italianos, ficando inclusive, próximo dele, a sede da Fratelanza Italiana.⁷⁸

Como o Grupo era único na cidade, embora não fosse central, é provável que atendesse crianças de outros bairros, então chamados Altos. A questão da sua localização em um bairro foi objeto de polêmica, antes da construção, assim como as justificativas para se definir pelo “Alto” Estados Unidos, em detrimento de outros ou do centro. Vem dessas discussões um indício que reforça a possibilidade de que era freqüentado por crianças de toda a cidade.

Na época, o jornalista Felício Buarque ao ponderar sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis à construção de um prédio escolar, concluiu que, não sendo colocado no centro, em qualquer outro lugar que o colocasse, estaria distante dos pontos extremos e, como existiam outras duas escolas bem freqüentadas e localizadas em bairros (o Ginásio Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores), só restava, às pessoas que quisessem freqüentar o Grupo Escolar, o sacrifício pessoal de caminhar, já que não havia na cidade meios de transportes públicos, e os obstáculos geográficos (colinas, cursos de água), não podiam ser removidos.

Diante das especificidades geográficas locais, somadas à observação do jornalista, quanto ao costume dos uberabenses de se deslocarem de bairro a bairro, para freqüentar as escolas, e ainda com o fato de o Grupo ser único, infere-se que havia também nesse estabelecimento alunos provenientes dos outros bairros.

Social e economicamente, também há dificuldade em se obterem dados que produzam um delineamento claro, pois também não existem registros, por exemplo, das profissões dos pais, dos ganhos desses. Mas existem indícios que trazem alguma luz quanto a esse aspecto. Esses indícios são fornecidos pelos textos jornalísticos, pelos registros da caixa escolar e pelos nomes das famílias dos alunos concluintes do curso primário, ou participantes em eventos públicos, registrados em atas e/ou em relatórios.

Os impressos consultados e, principalmente, o jornal *Lavoura e Commercio*, ao noticiarem eventos ocorridos no Grupo, sempre se referiam à presença de todas as classes sociais, como no seguinte trecho, relatando a festa de entrega de diplomas da 1ª

⁷⁸ Trata-se da *Sociedade de Socorro Mútuo ‘Fratelanza Italiana’*, fundada em 1892, pela colônia italiana de Uberaba. Foi idealizada e concretizada por Pasquale Totti, Vito Lorenzo, Nicola de Vito e Constanzo Turati. Durante muitos anos funcionou nas casas dos dirigentes da entidade, mas em 1900, foi doado um terreno localizado a Rua 07 de Setembro e ali construíram um prédio para a sede, inaugurada em 20/09/1901. Depois de prestar muitos serviços aos italianos a dita sociedade extinguiu-se (MENDONÇA, 1974, p. 96-7). A Rua 7 de Setembro é uma das vias que chegam à Praça Comendador Quintino, onde está o prédio da escola inquirida.

turma a concluir o primário: “O salão nobre do grupo estava literalmente cheio e grande era a massa popular apinhada no alpendre e outras dependências do prédio. Lá estavam representadas todas as classes sociais” (ed. 1288, 17/12/11, p.1-2). Nesse mesmo jornal, há o registro do discurso do paraninfo (o advogado João Camelo), em que, logo no início, agradece a “gentileza [de o convidarem para paraninfar e], [...] esse impulso de simpatia dos filhos do povo [referindo-se aos alunos] por outro humilde filho do povo” [referindo-se a si próprio].

Ao se criarem os sistemas estaduais de educação, um dos objetivos principais, dito nos discursos dos políticos e dos intelectuais, era a inclusão da classe popular nos benefícios da educação primária, uma educação para o povo, mas que resultaria em um futuro melhor para todos, conforme o próprio João Pinheiro, em campanha para a eleição de 1906, destacou:

Dominando todas as necessidades sociais, políticas e morais, está, em toda a parte, a questão fundamental da instrução primária. Quase que é o único benefício direto em troca de seus sacrifícios, que o povo pode ver e tocar. Demasiado tem-se os governos preocupado da instrução aparatosa das academias e ginásios equiparados, dirigindo-se à classe dos mais favorecidos da fortuna, em contraste com o esquecimento e abandono da modesta escola primária, cuja função é a educação do próprio povo, da qual depende a sorte futura da coletividade inteira. (PINHEIRO, 1980, p. 190)

Porém, para um aluno pobre freqüentar um grupo escolar, alguns recursos se faziam necessários, no mínimo, para aquisição de material escolar, uniforme e calçado. A estratégia que possibilitou a presença de alunos de baixa condição econômica nos grupos foi a existência das caixas escolares, tornadas obrigatória a partir de 1911, conforme circular enviada pela Secretaria do Interior aos diretores dos grupos mineiros:

Reorganizando o ensino primário neste Estado, pelo dec. n. 3191, de 9 de Junho de 1911, teve o governo por objetivo a realização da grande idéia, há tantos anos afagada, de reduzir o mais possível o número de analfabetos, pela difusão do ensino primário entre o povo. Assim, foram tomadas medidas tendentes à efetivação desse nobre ‘desideratum’ e como sabeis, a administração pública, quanto lhe tem sido possível, há empregado ingentes esforços no desenvolvimento intelectual dos mineiros, não só fomentando-o com suas providências, mas também reservando à instrução não pequena parcela de seu orçamento. Para que se tornassem eficazes as medidas administrativas foram instituídas as ‘Caixas Escolares’, de organização obrigatória nos grupos, as quais auxiliadas pelo Estado nos termos do regulamento vigente, tem sido amparadas pelo povo. Em muitas das localidades em que prosperaram

essas filantrópicas instituições, notam-se já os benéficos resultados que delas advém para as classes pobres. [...]. No ensejo de incrementá-las, esta Secretaria verificou que só o conseguirá com o auxílio do povo e esse auxílio deve partir das classes mais abastadas e de preferência dos pais dos alunos que freqüentam o grupo, em benefício das que mais precisam. (APM. SI 3579. Circular, 6ª secção, 1911)

No Grupo Escolar de Uberaba, antes de sua inauguração, fora criada a primeira caixa escolar, que existiu até 1912, quando se criou em 03/03/1912, a “Caixa Escolar João Pinheiro”⁷⁹, nos parâmetros do decreto 3.191, conforme a circular acima transcrita. As receitas dessa primeira caixa escolar foram provenientes de verba do governo e de festas e quermesses feitas pelos professores. A primeira despesa com alunos se deu antes da inauguração do grupo, por ocasião das matrículas. Em correspondência enviada por Ernesto de Mello Brandão (inspetor técnico regional e 1º diretor em comissão) ao SI, solicita: “Peço autorização para despender 150\$000 – da Caixa Escolar já criada, para o fornecimento de vestes aos meninos pobres, essa medida é de utilidade como propaganda em favor do grupo” (APM. SI. 2976. 16/08/1909). A despesa solicitada foi autorizada sendo a maior que essa primeira caixa registrou no fornecimento do básico aos alunos pobres. Seus recursos ao longo dos anos seguintes foram usados também em serviços de manutenção do próprio estabelecimento escolar e despesas de outras naturezas, ou indiretas com alunos em geral⁸⁰.

A partir da criação e da organização, da “Caixa Escolar João Pinheiro,” é perceptível que essa instituição de assistência aos alunos foi atuante em todos os anos, geralmente, nos inícios dos semestres beneficiava certo número de alunos (**Quadro 15**).

⁷⁹ Na reunião para se deliberar sobre a denominação a ser dada à caixa escolar anexa ao grupo, “ficou unanimemente resolvido que passasse a novel instituição, como d’ora avante passa, a denominar-se ‘Caixa Escolar João Pinheiro’, em homenagem á memória querida do eminente estadista, a quem deve a nossa instrução publica assignalados serviços” (E. E. BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar*, 21/03/1912, fl. 03).

⁸⁰ Em um Balanço enviado pelo diretor, Francisco de Mello Franco, ao Secretário do Interior, por ocasião da criação da “Caixa Escolar João Pinheiro”, prestando contas da primeira caixa, foi possível levantar a natureza dos gastos feitos de 1909 a 1912. São tais gastos com: consertos de janelas, latrinas, campainha, calha; aquisição de utensílios: vassouras, espanadores, canecas, regador; material de desinfecção (creolina); serviços como: lavação de toalhas, transportes de caixas da estação ao grupo e de trabalhos dos alunos para a exposição em maio, condução de água ao grupo (duas vezes), confecção de palco cênico, coroas, armação de mapas e compras de giz, doces e espetáculo cinematográfico para os alunos (APM. SI 3416. *Balanço da caixa escolar que existiu até 03/03/1912*). Essas despesas remetem aos problemas referidos no item 3.1 sobre o prédio escolar e permitem também certa noção do cotidiano no grupo. Traz à memória até certo tipo de odor que exalava dos sanitários: o de creolina.

Quadro 15 - Número de alunos atendidos e valores gastos, pela “Caixa escolar João Pinheiro”. Período: 1913 a 1918.⁸¹

Anos	Dados discriminados			Totalização	
	Nº. alunos atendidos	Valores	Data da ata com reg. da despesa	Alunos	Valores ⁸²
1913	46	257\$600	13/03	72	268\$900
	26	113\$000	31/07		
1914	62	207\$200	29/03	113	392\$400
	51	185\$200	16/09		
1915	50	206\$200	18/03	264	663\$300
	80 ⁸³	308\$900	23/03		
	119	95\$700	16/08		
	15	52\$500	16/09		
1916	54	221\$900	23/02	203	718\$600 + ? ⁸⁴
	108	496\$700	29/04		
	41	Não cita.	21/08		
1917	Não cita	135\$600	17/04	87 + ?	541\$800
	87	406\$200	30/04		
1918	47	72\$500	23/01	97 + ?	481\$800
	50	406\$100	06/05		
	Não cita	32\$000	25/07		

Fonte: E. E. BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar*

As atas da “Caixa Escolar João Pinheiro” além de revelarem os dados evidenciados no quadro, descrevem também alguns critérios usados para definir quais

⁸¹ Apesar de criada em março de 1912, no restante desse ano a maior preocupação dos dirigentes da entidade foi arrecadar fundos entre os sócios e entre contribuintes voluntários e/ou ocasionais. Um exemplo desse último tipo de participação foi a arrecadação de 400\$000, junto a comerciantes de São Paulo, através de uma lista de subscrição de donativos organizada por um representante de uma casa comercial paulistana, que costumava visitar a cidade de Uberaba. E a primeira despesa registrada com os alunos foi de 35\$000, para aquisição de objetos escolares para serem distribuídos como prêmios aos discentes no encerramento dos trabalhos letivos.

⁸² Como parâmetro, para se ter noção do que representam esses valores, o salário mensal básico de um professor normalista ministrando aulas em grupo escolar era de 150\$000 e o de um diretor, 250\$000.

⁸³ Esses 80 alunos receberam vestuário. O *Jornal Lavoura e Commercio* (ed.1717 de 23/03/1915, p. 2) revela as turmas, séries e professores, dos contemplados: 23 dos 1ºs anos femininos, 24 dos 1ºs anos masculinos; 07, 2ºs anos feminino; 11, 2º ano masculino; 09, 3º feminino; 05, 3ºs anos masculinos e 01 do 4º ano. Dados assim discriminados só aparecem nesse ano, mas demonstram uma tendência, ainda hoje comum: os alunos mais necessitados estão nas séries iniciais, poucos deles chegam às finais.

⁸⁴ As interrogações se referem aos valores gastos ou número de alunos que, segundo as atas, foram atendidos, mas não estão discriminados, portanto, constituem dados desconhecidos.

alunos receberiam ajuda. Havia solicitações de familiares na época da matrícula, mas geralmente, as observações feitas pelos professores após o início das aulas, eram decisivas. Esses elaboravam uma lista que era entregue ao diretor, que a apresentava na reunião da entidade, para as deliberações finais. Os alunos recebiam cortes de tecido para o uniforme, calçados, livros e demais utensílios: tinta, lápis, pena papel, cadernos. Essa caixa contava com uma média de 50 sócios contribuintes. No ano de 1915, no relatório final do diretor ao SI, ele descreve que naquele ano a receita atingira 3:708\$800, as despesas chegaram a 1:385\$400, e o saldo se encontrava depositado em conta bancária.

Conclui-se que essa entidade beneficente cumpriu desde a sua fundação e durante o período do recorte temporal do presente trabalho a função sócio-institucional, que motivou sua origem: dar aos alunos pobres, condições materiais para freqüentarem a escola, colocando-os em processo de alfabetização. Em Termo de Visita do inspetor escolar municipal, Tancredo Martins, está registrado que:

Ao grupo vai prestando magníficos serviços a Caixa Escolar Dr. João Pinheiro, que agora supriu de roupas e utensílios escolares a 108 crianças desvalidas, tendo despendido a importância de 496\$700. É desse modo uma belíssima instituição que grandemente tem contribuído para, mantendo a freqüência do Grupo, prestar à instrução primária de Uberaba o mais assinalado auxílio. (APM. SI. 3633 *Termo de visita*. (cópia), 1º de maio de 1916)

A partir do último quadro apresentado, pode-se afirmar que o GEU recebia alunos pobres em números significativos, sobretudo nos anos de 1915 e 1916. Nesses anos a matrícula de Janeiro também foi numerosa, respectivamente de 867 e 785 alunos. Se calcular sobre essas matrículas o percentual de atendimentos durante o ano, chega-se a 30,44% e 25,85%. Percentuais que nos outros anos são menores.

Excetuando os alunos ditos nas atas da Caixa Escolar, “reconhecidamente pobres”, ou “indigentes”, os demais discentes tinham melhores condições econômicas. Alunas como Leovirgília Martins Chaves, Elza de Mello Brandão e Maria Iolanda Pontes, são filhas dos senhores, João Augusto Chaves, professor do Grupo; Ernesto de Mello Brandão, inspetor técnico regional; e, Dr Hildebrando Pontes, agrônomo que ocupou diversos cargos, entre eles, o de Agente Executivo Municipal. Algumas alunas eram da família Cunha Campos, muito bem sucedida economicamente, cujos componentes dedicavam-se aos setores empresarial (telefonia, rede de farmácias) e agropecuário, inclusive importação de gado zebu. Ainda, os alunos de nome Riccioppo

eram descendentes de imigrantes italianos bem sucedidos, que se dedicavam ao setor de comércio de armarinhos e alfaiataria (há diversos anúncios nos jornais locais sobre seus estabelecimentos), confeccionando para abastecer não só a cidade, mas todas as regiões de influência comercial de Uberaba - do Triângulo Mineiro a Goiás. É recorrente nas notícias de festividades realizadas no grupo a menção à presença de “numerosas famílias no nosso escol social”. E o que justificaria a presença das famílias senão o fato de os seus filhos serem alunos naquela escola?

Assim, apoiando-se nos indícios revelados nas fontes, considera-se que o GEU recebia mesmo alunos de todas as classes sociais. Bastava que os pais os matriculassem. Nesse sentido, essa era uma instituição liberal, estava aberta a todos, não fugindo ao espírito da época histórica em foco: Primeira República, em que esse liberalismo muitas vezes foi “negativo⁸⁵”, pois beneficiou as classes privilegiadas. Idéia reforçada, quando submetida à seguinte análise: se considerados pobres, basicamente os alunos atendidos pela caixa escolar, pode-se afirmar que a presença maior era daqueles com condições socioeconômicas melhores, que tinham recursos para estudarem em educandários pagos e conforme será mencionado mais à frente: alguns alunos deste estabelecimento de ensino continuavam os estudos secundários nas instituições confessionais existentes na cidade e que podem ser consideradas escolas de elite.

3.2.4 Notícias sobre os primeiros egressos do Grupo Escolar de Uberaba

Qual o provável destino dos egressos desta escola? Para responder a esse questionamento é preciso em primeiro lugar, saber quem são esses alunos. Todavia, como não há, no Grupo, livros de matrículas, considerar-se-á, principalmente, os concluintes do curso oficial primário, dos quais foi possível identificar os nomes, através de atas de formaturas, de notícias de jornal ou de relatórios do diretor e elaborar uma listagem desses alunos (**Anexo F**). Assim, tem-se o registro a partir do ano de 1911 (1ª turma a concluir), até 1917. Em 1918, último ano do recorte temporal não foi realizado o exame final, que aconteceu só no ano seguinte. Nesse intervalo, 1911-1917, excetua-se ainda o ano de 1916, do qual não foi possível encontrar tais dados nas fontes referidas.

⁸⁵ Sobre esse tema, “liberalismo negativo”, ver Nagle, 2001, p. 363.

Em busca de desvendar a trajetória desses egressos delineando um perfil que os caracterizasse, o primeiro procedimento foi conversar com as pessoas: as mais velhas, as que lidam com a história local, as cujas assinaturas coincidiam com as dos ex-alunos. Assim, descobriu-se ainda existir uma ex-aluna viva: Hermínia Batista Mendes, nascida em 03/07/1901, que estudou menos de dois meses no Grupo, mas que depois a ele retornou como professora. Esta senhora foi entrevistada (**Anexo G – Entrevista 01**, 2007) e mostrou ter mais para contar sobre o período em que foi professora, do que aquele em que foi aluna, pelo fato de que como aluna o tempo já se vai mais distante e também porque foi curta sua permanência na instituição. Dona Hermínia, ou Fiúca, como é popularmente conhecida, relatou que, depois de curta permanência no grupo, foi levada para o Colégio N. S. das Dores, onde deu prosseguimento aos estudos, mas também aí não ficou muito tempo, pois tornou-se aluna interna em escola confessional de Sacramento. Depois de um incêndio no prédio, as Irmãs foram para Jardinópolis e ela as acompanhou concluindo então o primário. Em seguida, fez o curso normal no “Colégio Sion de Campanha”.

Outro procedimento foi consultar os livros de matrícula do Colégio N. S. das Dores, para verificar quais alunas, que passaram pelo Grupo ou aí concluíram seus estudos primários e deram continuidade a eles, ingressando no secundário da referida escola.⁸⁶ O resultado obtido revela que trinta ex-alunas do GEU ingressaram no curso normal desse colégio,⁸⁷ possibilitando salientar que nem todas as alunas do Grupo encerravam seus estudos no fim do primário, acomodando-se no caráter de terminalidade, que outros tantos estudantes conferiam a tal curso. Embora aí seja

⁸⁶ De antemão esperava-se encontrar ex-alunas do grupo no curso normal dessa escola, pois há registros do interesse das alunas no dito curso. Em uma festa de formatura dos concluintes do 4º ano, a aluna Olga Borelli, discursou, apresentando ao final “um apelo patriótico ao governo do Estado, no sentido de ser criada nesta cidade uma Escola Normal, que sirva como um complemento aos esforços das alumnas que terminarem o curso preliminar do Grupo Escolar [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1519, 17/12/1913).

⁸⁷ As fontes pesquisadas fazem parte do acervo documental do Colégio Nossa Senhora das Dores e foram constituídas por dois livros. No denominado *Livro de matrículas 1910 – 1913*, encontram-se os seguintes nomes de ex-alunas do grupo matriculadas em diversos anos do curso normal: Carmem Machado (p. 88-9), Sebastiana Guimarães (p. 74), Maria Abadia Rocha (p. 84), Emília Luz e Dalva Luz, Elza de Lourdes Novaes França e Lucy de Novaes França (p. 88-9), Zenaide de Oliveira e Hermantina Ramos (p. 90-1). No livro denominado *Matrícula das alunas internas do Colégio N. S. das Dores 1915-1923*, encontram-se: Anita Nince (p. 56-7), Maria do Carmo Moura (fl. 24 verso), Adagmar Gomide (p. 62-3), Lalina Ribeiro (p. 63-4), Floriscena da Cunha Campos (p. 58-9), Amélia da Cruz (fl. 22-verso), Noemia Ferreira Oliveira (p. 69-0), Maria Iolanda Pontes (fl. 50-verso), Maria José dos Santos (p. 62-3), Guaraciaba Machado (p. 79-0) Violeta Fleury (fl. 28) Elsa de Mello Brandão (fl. 22-3) Isaura Bellas (p. 31), Djanira Fleury Machado (p.31), Olga de Castro (fl. 29), Milena Maggiotti e Ida Maggiotti (p. 64-5), Maria Rosa Fernandes, Irasy França, Maria de Lourdes França (p. 63-4), Carolina Messias de Mello (p. 58-9).

perceptível, mais uma vez, a pirâmide que se formava (e ainda hoje existente, mesmo que não tão acentuada) entre os que ingressavam nos estudos e os que avançavam séries ou cursos subseqüentes. Há que se considerar ainda, que pode ter existido outras alunas, que deram continuidade ao secundário, não no colégio local, mas em outras cidades, como foi o caso de Dona Fiúca, que cursou o normal em Campanha. Todavia, essa possibilidade é de difícil comprovação.

Em veículo impresso de publicação mensal, denominado “*Sorriso – Revista*,” foram encontradas referências sobre três ex-alunos: Ignácio Ferreira Oliveira, José Tiradentes de Lima e Amadeu Paschoalini. Sobre esse último, em matéria sobre a *Escola de Commercio José Bonifácio*, a revista traz sua foto e informa que ocupava em tal instituição o cargo de secretário. Quanto aos outros dois há textos mais específicos:

Dr. Ignácio Ferreira Oliveira [...]. Conhecido pelos seus trabalhos e observações sobre reflexologia e outros modernos processos de cura, o jovem e simpático médico conseguiu já entre nós uma farta clientela, o que vem justificar o grande renome de que goza como profissional dos mais eruditos de nossa terra.

[...]

José Tiradentes de Lima [...], rendemos homenagem a um moço cheio de bondade, distinto, e de elegantes predicados morais e espirituais. É alto funcionário da Administração dos Correios, desta cidade, onde presta os melhores serviços, mercê da sua comprovada competência e dedicação sem limites no desempenho das suas tarefas quotidianas. (SORRISO-REVISTA, Abril de 1931, p. s/n)

Por telefone foram localizados descendentes dos seguintes ex-alunos: Jaime Medina Coeli e seu irmão Sebastião Medina Coeli; dos irmãos Adélia, Amélia, Acylina e Nestor de Novaes; das irmãs Olga e Edma Borelli; de Adelina Cicci e de Raphael Anconni. Sobre os irmãos Medina Coeli há um livro escrito pelo advogado e componente da família – Paulo Medina Coeli –, sobre a história e genealogia desses, onde se lê que, os Medinaceli (forma original do nome, depois Medinacoeli e por fim os dois termos separados) têm origem nobre, entre duques e barões espanhóis. Vieram para o Brasil, aportando no Rio de Janeiro, entre o final do século XVI e início do XVII. Ambos, os ex-alunos, Jaime e Sebastião nasceram no Rio de Janeiro, no Bairro de São Cristóvão, vindo para Uberaba, ainda pequenos, em companhia dos pais e outros irmãos que aqui chegaram em 1902. Depois de concluir o curso primário no Grupo, fizeram seus estudos secundários no Colégio Marista Diocesano. E ainda mais,

Jaime Medina Coeli [...]. Sempre acompanhava o pai quando este ia para o serviço nos Correios e Telégrafos [...] aprendeu ainda criança a manejar o aparelho de telegrafia chamado ‘Morse.’ [...]. Desde a primeira infância foi um entusiasta do ‘trem de ferro’. Juntando as duas coisas, após terminar os estudos ingressou com facilidade na Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, como telegrafista. Aprendeu, [...] com facilidade o aparelho inglês Konnytz, usado pela estrada, [...], tornou-se ótimo operador [...] [também] foi ganhando conhecimento de Legislação e de transporte que o levaram a promoções seguidas [...], culminando no [cargo] de Inspetor Geral de Tráfego, [...]. Pediu e foi designado para o trecho de Ribeirão Preto a Araguari, [...]. Após aposentadoria passou a residir com a família em Uberlândia –MG, [onde veio a falecer].

[...]

Sebastião Medina Coeli, tornou-se Contador e guarda-livros. Em 1915 seguiu com os pais para Ribeirão Preto, onde seu pai foi criar a sub-administração de Correios daquela cidade. [...] ingressou nos serviços postais como escriturário, [...]. Em 1916 foi para o Rio de Janeiro fazer estágio de aperfeiçoamento e aprendizado na Inspetoria Geral dos Correios. [Retornando] a Ribeirão como Inspetor Regional, para as administrações do Brasil Central. [...] em 1920, [pediu] remoção para o Rio de Janeiro. [...] foi lotado no Setor de Identificação de Pessoal da Inspetoria Geral [...] foi promovido por merecimento ao cargo de Inspetor Geral do DCT, cargo no qual se aposentou após 35 anos de bons serviços prestados à nação e aos Correios, [...]. (COELI, 1996, p.136-9)

Sobre os irmãos Novaes fez-se uma entrevista com a filha da ex-aluna, Acylina de Novaes, a senhora Magda de Novaes Magalhães Borges (**Anexo H – Entrevista 02**, 2007). A entrevistada relatou que, quando mais jovens, a mãe e as tias, Adélia e Amélia de Novaes eram musicistas, tocavam violino e bandolim na própria casa da família. Quando viajavam em férias para Poços de Caldas, também lá se apresentavam. Mais tarde, tiveram ocupações diferentes e casaram-se. A mãe, dona Acylina, tornou-se doceira, manufaturando doces finos em grande quantidade, para as festas de pessoas da “alta sociedade”. A tia, Adélia, tornou-se bordadeira, como afirmou “até morrer” e, tia Amélia era costureira, “nossa, só para nós”, isto é, só costurava para as pessoas da família, porém com muito requinte. O tio Nestor tornou-se guarda-livros da Fábrica de Tecidos de Uberaba, ao lado do pai, que já exercia anteriormente tal função. Nessa entrevista, além de informar sobre as atividades a que cada egresso do Grupo se dedicou, a entrevistada ressaltou a índole predominante no comportamento das três, ao afirmar que elas eram “pessoas maravilhosas. [...], mamãe era uma pessoa fina. [...] Minha mãe e minhas tias, ninguém discutia. Era uma casa muito alegre. [...]. As pessoas [...] tiveram estudo! E era uma família assim, que todo mundo conhecia. [...]. Um nome muito honrado” (**Anexo H – Entrevista 02**, 2007).

Outro uberabense a contribuir com informações para o presente estudo foi o Sr. Dídimo G. Anconi, filho do ex-aluno Raphael Anconi. Entretanto, preferiu fornecer respostas por escrito e não gravadas. Das informações dadas ressalta-se que, Raphael Anconi, nasceu em 1896 e era filho de imigrantes italianos, iniciou vida escolar em Passos, dando continuidade aos estudos em Uberaba, para onde a família veio por volta de 1905. Na juventude, gostava muito de música e era flautista. No que se refere ao trabalho, primeiro exerceu atividades ao lado do pai no Cartório de Conceição das Alagoas. Depois, sucessivamente foi, Inspetor Escolar, Diretor de Secretaria Municipal em Uberaba, retornou ao Cartório do pai, onde se aposentou e, por fim, de volta a Uberaba, exerceu a função de Juiz de Paz, até o falecimento em 1970. O entrevistado ainda salientou alguns traços do comportamento e do caráter do pai: “[Era] um autodidata. Lia muito, [...]. O traço marcante da personalidade de meu pai era a honestidade, a intransigência, a simplicidade, o idealismo e o desprendimento pelos bens materiais, não obstante o poder que teve em suas mãos” (**Anexo I – Depoimento**, 2007).

O que se conseguiu em termos de informações a respeito dos egressos do Grupo Escolar de Uberaba constitui uma pequena amostra, diante de um conjunto bem maior, mas sobre a qual podem ser tecidas algumas considerações: nem todos os alunos, ao concluírem o curso primário, davam por terminada sua formação escolar. Vários deram continuidade aos estudos cursando o secundário. As meninas procuravam o curso normal do Colégio N. S. das Dores e os rapazes o secundário do Ginásio Diocesano. Ambas as escolas eram equiparadas dentro de suas modalidades. Houve quem chegasse até a conclusão do ensino superior, caso do médico, Dr. Ignácio de Oliveira Ferreira, pai do também médico Dr. Humberto Ferreira (já falecido, mas muito popular em Uberaba). Quanto ao trabalho, esses egressos desempenharam funções socialmente úteis e variadas, públicas ou particulares, na cidade de Uberaba, ou em cidades da região ou até mais distantes, como Sebastião Medina Coeli, que foi para o Rio de Janeiro.

Este Grupo foi significativo para grande parte da população uberabense, pois oficializou o curso primário e possibilitou, na cidade, a sistematização da vida escolar em etapas: fazer o primário completo até o quarto ano e depois ingressar no secundário. Essa situação antes não era usual, pois, muitas vezes, bastava o aluno prestar o exame de admissão ao secundário e, se aprovado, matriculava-se e seguia dali para frente, sem exigência de uma escolarização completa anterior. Podia-se estudar até mesmo em casa com um professor particular contratado pelos pais.

Alguns aspectos sobre esses egressos, citados pelos entrevistados ou nos impressos, chamam atenção, o gosto pela música e a execução de instrumentos, as habilidades manuais, a capacidade de aprender intuitivamente, o autodidatismo e o gosto pela leitura. Tudo isso, chega-se a pensar, ocorreu por influência das vivências e práticas cotidianas experienciadas no Grupo, em que esses aspectos faziam parte dos programas curriculares praticados na época e, conseqüentemente, da cultura escolar dessa instituição, conforme mais adiante será apresentado.

3.3 Docentes pioneiros de uma escola pioneira: o perfil dos mestres do Grupo Escolar de Uberaba

Com relação aos mestres objetiva-se descrever o processo de recrutamento, mapear quais os componentes do corpo docente em cada ano, traçar um perfil quanto à formação e características didático-pedagógicas. Visa-se também perceber se houve rotatividade de professores, nesses anos pesquisados ou se houve permanência dos docentes no exercício de suas atividades. Daquele que for possível, evidenciar os traços biográficos.

3.3.1 A formação do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e algumas características pessoais desses professores

Assim que o prédio do Grupo ficou pronto, a preocupação das lideranças políticas e educacionais passou a ser com a composição do corpo docente. Nesse aspecto, houve inicialmente, certa tentativa de interferência de políticos locais indicando pessoas para ocuparem os cargos de professores. No entanto, as pretensões recrudesceram, conforme comprova correspondência enviada por Ernesto de Mello Brandão, inspetor técnico da 34ª circunscrição e endereçada ao Secretário do Interior, Estevão Leite de M. Pinto, transcrita a seguir:

Designado para fiscalizar as escolas desta circunscrição, constou-me deste lugar que a municipalidade não entregaria o grupo ao governo se não fossem feitas as nomeações por ela indicadas. Dirigi-me ao Agente Executivo, e este disse-me desejar com ansiedade a inauguração do

grupo e que não faz questão de serem nomeadas as pessoas indicadas, deixando as nomeações inteiramente ao critério do governo. Quer, porém, que também não sejam nomeadas pessoas que por serem adversárias da política da Câmara, possam traduzir como acintosa a ação do governo. Entre estas me parece estar a senhorita Florentina Prata Soares, irmã do Dr. Alaor Prata. Esta dificuldade, porém desaparecerá porque o Dr. José Ferreira escreverá ao deputado, pedindo a desistência da pretensão da sua irmã; o Dr. Ferreira acrescenta que o seu partido político, eleitor do Dr. Alaor, não faz questão fechada desta nomeação. Assim sendo, sou do parecer que o governo fazendo as nomeações, como entender e com a maior urgência possível, satisfará a grande ansiedade em que o povo está desde que o edifício ficou concluído. (APM. SI 2976, 6ª secção, 26/07/1909)

Alguns artigos do Capítulo V – “Do pessoal docente, classificação, nomeação e acesso” – contidos no Decreto nº. 1.960, de 16/12/1906, serão evidenciados, objetivando mostrar como a legislação vigente caracterizava a função de professor e estabelecia critérios norteando as ações das autoridades, com relação à escolha dos mesmos.

Artigo 53 - Os professores serão efetivos, adjuntos, auxiliares e técnicos.

[...]

Artigo 57 - Os professores efetivos serão de preferência normalistas do Estado, mas o governo poderá nomear para esses cargos pessoa de notória competência comprovada no tirocínio do magistério.

Artigo 58 - As nomeações para os cargos do magistério serão feitas pelo Presidente do Estado.

[...]

Artigo 61 - As nomeações de professores substitutos, por prazo não excedente de trinta dias, serão feitas pelo inspetor escolar; e por prazo excedente de trinta dias, pelo Secretário do Interior.

Artigo 62 - Os professores técnicos, adjuntos e auxiliares, serão designados pelo Secretário do Interior. (APM. *Coleção das leis e decretos do Estado de MG*, 1906, p. 162-3)

Considerando que o texto da correspondência acima definia os posicionamentos políticos das autoridades locais, cabia então ao governo mineiro compor o quadro docente fazendo as nomeações, conforme lhe facultava a lei. Assim, as primeiras se deram em agosto e, segundo noticia o *Jornal Lavoura e Comércio* (ed. 1053, 15/08/1909), essas foram comunicadas, por meio de telegrama, do seu correspondente da Capital, com o seguinte despacho: ‘Belo Horizonte, 13. Para o grupo escolar daí foram nomeadas professoras D. Maria Filisbina Pontes e D. Alcina Coutinho de Faria,

transferido de Uberabinha o Sr. Honório Guimarães⁸⁸ e nomeado porteiro o Sr. Olavo Oliveira'. Ainda segundo outro texto desse jornal (ed. 1067, 03/10/1909), em setembro, mais dois professores haviam sido nomeados: Francisco de Mello Franco e João Augusto Chaves. Enfim, agora eram cinco professores, nomeados pelo governo mineiro.

Um despacho interno da SI (em folha pequena, pautada, mas sem timbre e sem data, assemelhando-se a um bilhete), anexado a telegrama datado de 22/09, trocado entre Uberaba e BH, esclarece o desenrolar do processo para o início das aulas, registrando em seu texto manuscrito, o seguinte: “Autorizei por telegrama o Inspetor Técnico, Mello Brandão a fazer a instalação provisória do grupo de Uberaba, funcionando os professores já nomeados em dois turnos, mediante gratificação adicional, até que sejam providos todos os lugares. [assinado por] M.P” (APM. SI 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção).

Em seguida, os dois inspetores, o municipal, Tancredo Martins e o da circunscrição regional, Mello Brandão, enviaram conjuntamente, outro telegrama, em 23/09/1909, ao Secretário do Interior, comunicando: “Professores insuficientes desdobramento pedimos autorização nomear um interino,” ao que foi respondido: “Autorizo nomeação professor interino” (APM. SI. 2986 – *Telegramas de 1909*, 5ª secção). Usando dessa prerrogativa que lhe foi concedida, Mello Brandão nomeou, como interinos, antes que o grupo fosse inaugurado: Evarista Modesto dos Santos (que como poderá ser percebido, não assumiu as aulas) e Arnold Magalhães – como professor do ensino técnico – (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1067, 03/10/1909) e, logo depois, Bertholina dos Santos e Arlindo Costa (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1068, 07/10/1909). Quando o Grupo foi inaugurado, seu corpo docente ainda estava, portanto, incompleto: havia seis professores e onze classes de alunos.

⁸⁸ Percebe-se no decorrer dos fatos, que o Sr. Honório Guimarães não veio assumir as aulas. Mas a sua presença é registrada pelo *Jornal Lavoura e Commercio*, no dia da inauguração do grupo: “O Sr. Honório Guimarães, que mantém em Uberabinha uma escola pública com acentuado proveito para a infância, teve a penhorante gentileza de comparecer às festividades de inauguração do nosso grupo, trazendo em sua companhia cinco alunos. As inteligentes crianças estiveram presentes a todos os atos, uniformizadas e armadas, ostentando o estandarte de sua escola. A gentileza do senhor Honório Guimarães cativou a simpatia de toda a população uberabense” (nº. 1068, 07/10/1909). Esse professor nasceu em Franca (SP), mas, ainda criança, veio a residir em Uberaba, onde cursou o primário e o ensino normal. Iniciou também, nessa cidade atividades como jornalista (publicando o semanário, *O Brado*), e professor, em aula noturna, que funcionava no prédio da “Fratelanza Italiana”, até o ano de 1907. Posteriormente, veio a residir em São Pedro de Uberabinha (MG), onde depois de ocupar o cargo citado acima, nessa mesma nota, veio a ser o primeiro diretor do primeiro grupo daquela localidade: Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão (CARVALHO, C. H. 2004; ALMANACH UBERABENSE, 1908, p. XCVI).

Ainda durante o mês de outubro, a Secretaria do Interior realizou mais algumas nomeações, noticiadas pelo *Lavoura* (ed. 1073, 24/10/1909), cujos nomes são: Arlindo Costa (já era professor, fora nomeado pelo inspetor como interino), Cyllenêo de Araújo (que não assumiu), Maria Carmilieta Campos e Maria Julieta Campos. O que acabava por consistir em acréscimo de apenas mais duas professoras, perfazendo um total de oito para lecionar a onze classes. Ficava, então, composto o corpo docente, conforme se apresenta no **Quadro 16- 1º Corpo Docente do GEU**, abaixo. Fato que levou o jornal a escrever: “Estando o grupo dividido em onze classes, é preciso que o governo faça pelo menos mais duas nomeações [e sugere o nome de] Constancio Gomes de Oliveira, que atualmente exerce o magistério particular em Uberabinha. Seria uma nomeação acertadíssima” (LAVOURA E COMMERCIO, ed.1073, 24/10/1909).

Apesar da referida incompletude, na seqüência desse mesmo texto o jornal registra: “Aproveitamos a oportunidade para assinalar mais uma vez a regularidade com que vai funcionando o excelente instituto de ensino que continua a ter animadora freqüência.” A dita regularidade era conseguida através da colaboração dos professores que dobravam turmas.

Quadro 16 - Primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba - Ano de 1909

Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	Obs. No documento utilizado como fonte, não consta informação sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que, o grupo iniciou seu funcionamento com onze turmas: oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano.
02	João Augusto Chaves	
03	Bertholina dos Santos	
04	Francisco de Mello Franco	
05	Alcina Maria Coutinho	
06	Maria Julieta Campos	
07	Maria Carmilieta Campos	
08	Marcilieta Campos	
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1068, 07/10/1909

Esse grupo de profissionais, embora em desigualdade numérica em relação às turmas, compôs um núcleo permanente⁸⁹ ao qual outros professores, mas sobretudo, **professoras**, foram aos poucos, sendo acrescentados (**Anexo J** - Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918).

Mas quem eram esses professores? Quanto à formação profissional, sabe-se que, desses oito regentes de turma, com exceção do Sr. Arlindo Costa, todos eram normalistas (APM. SI 3346. Relatório do Inspetor Técnico Antonio Louveira Gomes, 15/07/1910). Contudo, além dessa informação, obteve-se ainda, de vários deles, alguns traços mais ou menos curiosos.

O professor Francisco de Mello Franco era natural de Paracatu (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 2.144, 22/12/18). Veio para o Grupo removido da cadeira primária estadual de Veríssimo (distrito de Uberaba, na época – hoje sede de município), e sabe-se ainda, que era casado com Dona Marcilieta Campos, também professora no GEU. As professoras: Maria Julieta, Maria Carmilieta e Marcilieta, não se pode afirmar com certeza se eram irmãs, pois não foram encontrados documentos que o comprove, mas a musicalidade dos sufixos de seus nomes, e o sobrenome, Campos, comum às três, permitem dizer, que eram da mesma família.

Os professores João Augusto Chaves e Bertholina dos Santos, antes de assumirem aulas no grupo, exerciam a função em escolas particulares de suas respectivas propriedades. Sobre a escola do primeiro, há inclusive anúncio em jornal, referente ao início do ano letivo de 1909 (**Fig. 13**) depois, no segundo semestre, assim como nos anos subseqüentes, esses anúncios não mais aparecem, levando-se a inferir que a escola não mais existia.

Dona Bertholina foi caracterizada como professora enérgica e sua escola excelente. Na década de trinta, ela ainda ministrava aulas em sua casa. No entanto, não se pode dizer que ela mantivesse sua escola particular durante os anos em que trabalhou no Grupo, o que não era permitido segundo a legislação vigente no Estado, pois, no Regulamento nº. 1960, em seu artigo 68, determinava: “Aos professores de qualquer categoria ou classe é vedado exercerem qualquer outra função, cargo ou profissão

⁸⁹ Em 1918, último ano do recorte temporal desse trabalho, oito desse total de nove, professores continuavam exercendo suas funções no Grupo Escolar. O único que exonerou-se foi Arlindo Costa. Obtém-se essa conclusão comparando-se o corpo docente de 1909 com o de 1918 (**Anexo J**).

pública ou particular, federal, estadual ou municipal, remunerada ou gratuita” (APM. *Coleção das Leis e Decretos de MG*, 1906, p. 164)

Figura 13 - Anúncio sobre a Escola do professor João Augusto Chaves

Externato Chaves
Curso primário mixto
Rigorosamente de acordo
do com o
Regulamento Estadual
MENSALIDADE
Um alumno.... 8\$000
Dois alumnos.. 14\$000
Tres « .. 20\$000
Quatro « .. 25\$000
O Externato abriu-se no
dia 15 de Janeiro do corrente
anno.
As aulas funcionam na re-
sidencia do professor, das 10 ás
3 horas da tarde.
Continúa aberta a matricula
até segunda ordem.
Os exames terão lugar no
dia 30 de Novembro.
As festas escolares realizar-
se-ão no dia 2 de Dezembro e
constarão de uma sessão lite-
raria, distribuição da premiação
e leilão de prendas.
NOTA—Previne-se aos srs
paes de familia que no Externa-
to não se ensina religião de es-
pecie alguma.
O PROFESSOR,
João Augusto Chaves

Fonte: GAZETA DE UBERABA

Por fim, o professor do ensino técnico, Arnold Magalhães, não era normalista, mas era um artista: pintor, desenhista e possuidor de outras tantas habilidades manuais.⁹⁰ Era irmão do também pintor uberabense, Anatólio de Magalhães, que lhe

⁹⁰ O professor Arnold Magalhães era polivalente, possuidor de habilidades para ensinar e fazer artefatos com madeira, produzindo obras de entalhes e marcenaria, com gesso, metal, papel (recortes), couro, pinturas a óleo. Também exercia no Grupo a atividade de dentista prático, efetuando pequenas cirurgias

superou em fama, pintando quadros da história local e nacional, que ainda hoje estão expostos em lugares públicos de Uberaba, como o Centro Administrativo Municipal, embora, geralmente os dois fizessem exposições conjuntas (**Fig. 14** – Obra de Arnold Magalhães).

Figura 14 - Foto de retrato pintado a mão por Arnold Magalhães⁹¹



Fonte: Acervo particular de Magda N. M. Borges

de extração de dentes ou cacos desses nos alunos e, ainda cortava-lhes os cabelos (APM. SI 3527. Relatório do professor do Ensino Técnico ao Diretor do GEU, 10/12/1914).

⁹¹ Arnold Magalhães retratou sua sobrinha, Magda Novaes de Magalhães Borges, aos 5 anos de idade. Dona Magda foi uma das entrevistadas nesta pesquisa (**Anexo H** – *Entrevista 02*, 2007).

Ao tratar da formação deste quadro docente, não se pode deixar de comentar uma peculiaridade do contexto local. Quando se considera que em Uberaba funcionara até 1904, uma escola normal estadual e que nessa cidade existia também, na época, uma escola normal, confessional e equiparada (o Colégio N. S. das Dores), pode-se pensar que a possibilidade era de encontrar, na própria localidade, um número razoável de normalistas. Sabe-se também que a Lei nº. 439, de 28/09/1906, criara os grupos e dava margem à utilização dos professores das escolas isoladas, que fossem fechadas, ao prescrever:

Artigo 10 - Nos logares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o governo supprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola suprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercício. (APM. *Coleção das Leis e Decretos de MG.* 1906, p. 21)

Já foi apresentado anteriormente, o impacto que o grupo exerceu nos meios escolares de Uberaba, por ocasião de sua inauguração. Consta que foram fechadas seis escolas isoladas, levando a interpretar que disponibilizou-se então, seis professores. No entanto, como não há lista identificando nominalmente as escolas que se fecharam ou os professores das mesmas, não é possível saber se alguns desses primeiros docentes do Grupo foram provenientes delas. Assim, ao descrever em detalhes o processo de composição do primeiro corpo docente do GEU, vê-se que não foi tão simples quanto se poderia supor.

Intrigante é o fato de o governo nomear professores de outras cidades, e ao que parece, à revelia do removido, como foi o caso do professor Honório Guimarães (que residia, na época, em Uberabinha e conforme já comentado anteriormente foi nomeado, mas não assumiu), e de outras professoras que vieram depois: D. Beny des Genettes Roquette (de Araguari) e D. Maria Bernardes da Luz⁹² (de Villa Platina). Uma possível explicação para isso, encontra-se na questão política. Como se viu na carta apresentada

⁹² O texto de uma carta dessa professora revela, em parte, como ocorriam essas nomeações: “Uberaba, 20/04/1912. Ilmos. snrs. [...]. Acabo de ver no Estado de São Paulo, a minha nomeação de professora adjunta interina nesta cidade. *Devo ter sido removida*; (grifo meu) e achando-se em poder de V. S. o meu título de professora de Villa Platina, rogo-vos obséquio mandar apostilar e enviar-me com urgência afim de tomar posse. Se com efeito for nomeação, será preciso extrair novo título. Neste caso, terão a bondade ver se conseguem que seja remoção para assim ter direito ao ordenado todo. [...]. Maria Bernardes da Luz” (APM. SI 3416. Carta, 20/04/1912).

no início do presente texto. O autor afirma que o Agente Executivo local, não fazia questão de abrir mão da indicação de nomes de professores, mas pedia que o governo mineiro, em contrapartida, não nomeasse pessoas identificadas com seus adversários, o que soaria como acinte. Esse acordo político que se estabeleceu, pode ter dificultado ao governo mineiro fazer as escolhas entre as pessoas da própria cidade. Então, por isso, escolhia pessoas de outras localidades. E nesse caso, poderia às vezes, até estar atendendo aos interesses políticos de autoridades desses outros lugares.

Por um lado, se não havia a interferência explícita de uma política partidária, por outro lado, havia uma política familiar, dados os vários núcleos de parentes que atuavam nesta escola. Além das professoras da família Campos (Maria Julieta, Maria Carmilieta, Marcilieta e Maria Glorietta), vieram depois as irmãs Oliveira (Altiva, Corina e Olga), as professoras da família Luz (Maria Bernardes e Noemia Ribeiro) e os Chaves (João Augusto - o pai, de Leovirgília Martins Chaves).

3.3.2 Os salários dos profissionais da educação nos grupos escolares no início do século XX

Seria monetariamente compensador o exercício da função de professor? Quanto afinal ganhava um professor de grupo escolar nessa época? A seguir, são apresentadas duas cópias de folhas de pagamento do pessoal do Grupo, no ano de 1911 (**Fig. 15 e 16**), em que muitos professores dobraram o cargo lecionando a duas turmas (Cf. **Anexo J - Corpo Docente do GEU – Ano 1911**). Esses documentos revelam os salários de todos, da servente ao diretor. Vê-se na primeira coluna o valor do salário-base mensal, que está em proporcionalidade, com os valores anuais apresentados por Mourão.⁹³

Esse autor em sua obra, no entanto, não menciona o salário de um professor não normalista, como era o caso do Sr. Arlindo Costa, e nem comenta valores de gratificações. Contudo, esse documento em foco, revela que um professor sem a formação profissional em curso normal, não percebia salário diferenciado. Seu vencimento era o mesmo de um professor normalista e efetivo. Com relação às

⁹³ Esse autor revela a tabela oficial do vencimento dos professores determinada pelo Regulamento nº. 1960, da Reforma João Pinheiro, que entrou em vigor em 16 de dezembro de 1906. Ele apresenta os seguintes vencimentos anuais: Professor primário efetivo de grupo escolar de cidade, 1:800\$000; diretor de grupo escolar de cidade, 3:000\$000; professores técnicos, 3:600\$000; porteiro de grupo escolar, 960\$000 e servente, 760\$000 (MOURÃO, 1962, p.158).

gratificações por dobra de turma, estas não correspondiam à dobra do salário, como seria o desejável, mas apenas a exatos cinquenta por cento desse. Já o salário-base do professor do ensino técnico, era maior do que o do diretor. Entretanto, neste Grupo Escolar, que funcionava em dois turnos, o diretor era gratificado com cinquenta por cento além do básico.

Há um consenso geral, em pesquisas sobre essa época, quando se fala sobre os salários dos docentes, de que esses eram baixos. Diante dessas evidências, pode-se considerar que, se de maneira geral os salários eram baixos, piores eram os vencimentos dos professores que dobravam turma. Pode-se afirmar que esses mestres não tinham incentivo monetário, para assumir um segundo cargo. E quando o faziam de certa forma era como uma colaboração com a organização da escola. Uma vez que a compensação financeira não equivalia ao tempo despendido e à responsabilidade assumida.

Figura 15 - Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de abril de 1911

Folha de pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba relativa ao mês de abril de 1911									
Nomes dos professores	Faltas			Descontos			Vencimentos	Recibos	
	Justif.	Não just.	Vencimentos	Gratificação	Minas	5% Faltas			
D. Helena Maria Coutinho			150\$000	37\$500	1\$500		186\$500	Helena Maria Coutinho	
D. Marcelita Campos			150\$000	37\$500	1\$500		186\$500	Marcelita Campos	
D. Maria Julieta Campos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Maria Julieta Campos	
D. Maria Carmelita Campos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Maria Carmelita Campos	
D. Bertholina dos Santos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Bertholina dos Santos	
João Augusto Chaves			150\$000	37\$500	1\$500		186\$500	João Augusto Chaves	
Bernardo de Araujo Vaz de Mello			150\$000		1\$500		148\$500	Bernardo de Araujo Vaz de Mello	
Alinda Costa			75\$000		1\$500		76\$500	Alinda Costa	
Professor tecnico			300\$000		1\$500	15\$000	283\$500	Professor tecnico	
Diretor			250\$000	125\$000	1\$500		373\$500	Diretor	
Porteiro			80\$000				80\$000	Porteiro	
Sevente			63\$333				63\$333	Sevente	
			<u>1.818\$333</u>	<u>462\$500</u>	<u>15\$000</u>	<u>15\$000</u>	<u>2.250\$833</u>		

Fonte: APM

Esses valores salariais não sofreram reajuste durante o período do recorte temporal desse estudo (1908 a 1918). Em meados da década de vinte, a ex-professora do Grupo, D. Hermínia B. Mendes (Fiúca), que concedeu entrevista (**Anexo G**), relata que o seu salário era 150\$000. Esse vencimento na época, até achava que era bom, mas quando ficou noiva e comprou um lote de linho para fazer o enxoval, tal aquisição custou-lhe, 1:200\$000. Então sentiu que o valor do salário era pequeno, pois não conseguia saldar a dívida contraída e com isso não podia marcar o casamento, que ia

sendo adiado, levando o noivo a pensar que ela não queria se casar, até que ele ficou sabendo a verdade e pagou a dívida. Só então o casamento foi marcado.

Figura 16 - Cópia de Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de maio de 1911.

*Folha de pagamento do pessoal do Grupo Escolar, de Uberaba,
relativa ao mês de maio de 1911.*

Professores	Folhas				Descontos		Vencimentos	Recibos
	justif	haguit	Vencimentos	Gratificação	Alínea	5 %		
D. Alcina Maria Guimaraes			150\$000		1\$500		148\$500	Alcina Maria Guimaraes
D. Marcelina Campos			150\$000	45\$000	1\$500		223\$500	Marcelina Campos
D. Maria Juliana Campos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Maria Juliana Campos
D. Maria Carmelita Campos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Maria Carmelita Campos
D. Bertholina dos Santos			150\$000	75\$000	1\$500		223\$500	Bertholina dos Santos
José Augusto Chaves			150\$000		1\$500		148\$500	José Augusto Chaves
Fernando de Souza Ribeiro			150\$000		1\$500		148\$500	Fernando de Souza Ribeiro
Armando Costa			150\$000		1\$500		148\$500	Armando Costa
Professor Technico			300\$000		1\$500	15\$000	283\$500	Professor Technico
Director			250\$000	725\$000	1\$500		375\$500	Director
Porteiro			80\$000				80\$000	Porteiro
Servente			63\$333				63\$333	Servente
			7:893\$333	425\$000	15\$000	15\$000	2:288\$333	

Fonte: APM.

3.3.3 A feminização do magistério

Do núcleo inicial, dos nove professores do grupo, quatro eram homens e cinco mulheres. Não se esquecendo de que este estabelecimento era dirigido por um diretor, pode-se considerar que nesse tempo, havia igualdade entre o número de homens e mulheres, até mesmo se considerar ainda, o porteiro e a servente. Assim, o pessoal do grupo era formado por seis homens e seis mulheres. Mas segundo afirma Mourão: “Na República, a tendência foi afastar os homens do magistério elementar, profissão muito seguida por estes no tempo do Império” (1962, p.142). Isto porque pelo Regulamento nº. 1960 de 16/10/1906, as professoras teriam preferência para as escolas em geral, pois

elas poderiam lecionar nas classes femininas e masculinas e eles só para as classes masculinas.

No GEU, a igualdade mencionada acima foi rompida no ano de 1912⁹⁴ e a feminização do magistério foi se acentuando a partir de 1913, quando várias professoras foram contratadas e o professor-regente e não normalista, o Sr. Arlindo Costa, exonerou-se, ficando então o grupo com apenas dois regentes de classes: os professores João Augusto Chaves e Fernando Araújo Vaz de Mello, um professor do ensino técnico, Arnold Magalhães e na direção, Francisco de Mello Franco. Esse quadro confirma que no Grupo Escolar de Uberaba se efetivou a tendência assinalada por Mourão.⁹⁵

Diante dessa situação, propõe-se um questionamento: Por que a presença predominante da mulher como professora pública, numa época em que o sexo feminino não participava em atividades políticas e nem de trabalho em locais públicos?⁹⁶ Ser professora em grupo escolar significava trabalhar fora de casa e, a escola era um local público, onde se realizavam eventos, as professoras discursavam, emitiam opiniões. Então, retoma-se a questão: Por que a mulher foi aceita como professora nos grupos? Até mesmo os positivistas, segundo Carvalho (1990, p. 75-94), apesar de darem grande ênfase ao papel feminino, declarando a mulher superior ao homem, acabavam por lhe atribuir o tradicional papel de mãe, esposa e guardiã do lar. Contudo, apesar desse papel designado até pelos positivistas à mulher, ainda é no seio dessa doutrina que se formula uma explicação: os positivistas prezavam a saúde moral da humanidade, a mulher representava simbolicamente a própria humanidade e a ela era atribuída a tarefa de zelar

⁹⁴ Cf. **Anexo J** - Corpo Docente do GEU - Ano de 1912, entrou a professora Beny des G. Roquette, que logo saiu, dando lugar a D. Maria Bernardes da Luz, que permaneceu.

⁹⁵ Cf. **Anexo J** - Corpo Docente do GEU - Ano de 1913, enquanto os homens eram quatro, incluindo o diretor, as professoras se apresentavam em número bem superior, eram onze: Bertholina dos Santos, Corina de Oliveira, Maria Bernardes da Luz, Alcina Maria Coutinho, Virgília Moreira, Altiva de Oliveira (no primeiro semestre) e Leovirgília Martins Chaves (no segundo), Marcilieta Campos, Noemia Ribeiro da Luz, Maria Carmilieta Campos, Edith Novaes França e Maria Julieta Campos.

⁹⁶ No texto, “República-Mulher: Entre Maria e Marianne” (CARVALHO, 1990, p. 75-94), o autor apresenta o uso que se fez da alegoria feminina como símbolo cívico republicano na França em comparação com o Brasil, onde excetuando poucos artistas positivistas, a figura feminina foi usada não para simbolizar a República, mas para ridicularizá-la. Para tal fato apresenta algumas explicações, dentre as quais, o fato de que, na França, as mulheres tiveram papel real nas revoluções (1789, 1830, 1848 e 1871) enquanto que no Brasil não. E se nem o povo masculino participou da proclamação da República, que dirá o povo feminino. Quem participava da política era a elite de homens, que eram chamados homens públicos. A mulher, se pública, era prostituta. Inclusive um dos fatores desfavoráveis à continuação da monarquia brasileira, havia sido o fato da iminência da ocupação do trono pela princesa Isabel. Assim, “não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que participassem: Política era coisa de homem”. Dessa forma não havia no Brasil um terreno social e cultural onde símbolos e alegorias dessa natureza pudessem criar raízes e alimentar a imaginação, criando uma comunidade de sentido para tais símbolos.

pelos princípios morais. E ainda, a escola era vista como a continuidade do lar. Portanto, assim como no lar, a mulher professora na escola recebia os filhos das famílias e podia cumprir sua tarefa de guardiã da moral e dos bons costumes, contribuindo para construir uma pátria e uma humanidade saudáveis.

3.3.4 A atuação didático-pedagógica dos professores do Grupo Escolar de Uberaba

O que se poderia dizer a respeito desses professores, quanto à atuação de cada um junto às suas turmas? Seus desempenhos, como eram suas aulas, suas condutas, seus métodos, seus modos de relacionar com os alunos? Enfim, que perfil de trabalho didático-pedagógico, essa equipe de professores conferia ao Grupo Escolar?

Um aspecto que pode ser extraído fazendo-se uma observação cuidadosa do “Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918” (**Anexo J**), refere-se às classes assumidas pelos professores em cada ano. Pode-se constatar que os professores acompanhavam uma turma ao longo das séries do curso primário, ministrando-lhe aulas do primeiro ano ao segundo e desse ao terceiro ou quarto consecutivamente. A título de exemplo, vê-se o **Quadro 17**, abaixo:

Quadro 17 - Exemplo de Professores do GEU, que acompanharam turmas do primeiro ao quarto ano e respectivas turmas que foram acompanhadas

Professor Arlindo Costa		D. Marcilieta Campos	
ANOS	TURMAS	ANOS	TURMAS
1910	1º ano – sexo masculino	1915	1º ano A – Sexo feminino.
1911	2º ano – sexo masculino	1916	2º ano A – Sexo feminino.
1912	3º ano - sexo masculino	1917	3º ano A – Sexo feminino.
1913	4º ano – sexo masculino	1918	4º ano – Sexo feminino.

Fonte: **Anexo J**.

Isto ocorreu, pois nas leis vigentes no período do recorte temporal dessa investigação havia, em ambas⁹⁷ um dispositivo quanto à regência de turmas:

[...] sempre que possível, o professor deveria levar uma turma do primeiro ao quarto ano, regendo-as sucessivamente em todos os anos letivos do curso. Tal providência permitiria ao professor um completo conhecimento de cada um dos alunos, cujo progresso acompanharia, sempre orientando-o de acordo com as suas tendências específicas. Também o aluno acostumaria com o modo de lecionar do mestre, com grandes vantagens para a aprendizagem. (MOURÃO, 1962, p. 163)

Quanto aos questionamentos feitos no início desse item, em parte, respostas um pouco mais consistentes podem ser dadas com base nas observações, embora subjetivas, feitas pelos Inspectores Técnicos regionais,⁹⁸ nas visitas ao Grupo e registradas, nos Termos de Visita ou Relatórios, que esses enviavam ao Secretário do Interior. Pelo Decreto nº. 3.191, de 09/06/1911, as funções dos inspetores regionais foram ampliadas, fazendo parte das mesmas, várias atividades, dentre as quais algumas específicas a serem realizadas junto aos grupos escolares ou escolas isoladas da sua circunscrição:

Os inspetores regionais deveriam visitar as escolas da circunscrição, com freqüência, a fim de verificar: o número de alunos matriculadas e freqüentes; a escrituração das escolas; o *adiantamento dos alunos*; a *capacidade do professor*; a *disciplina e a ordem*; as condições materiais, higiênicas e o aparelhamento didático; os compêndios. [dentre tantas outras funções que lhes eram atribuídas - grifos meus] (MOURÃO, 1962 P.184)

Por isso, há em vários Relatórios de Visitas de diferentes Inspectores Técnicos Regionais, registros a respeito dos professores do grupo em diferentes anos. Optou-se,

⁹⁷ O GEU iniciou seu funcionamento sob a vigência Lei nº. 439 de 28/09/1906 (Reforma do Ensino promovida pelo Presidente João Pinheiro e por Carvalho Brito, Secretário do Interior), regulamentada pelo Decreto nº. 1960, de 16/12/1906. Mas no governo Júlio Bueno Brandão, tendo como Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa, foi feita uma revisão das normas de ensino e foi baixado o Decreto nº. 3.191 de 09/06/1911, com algumas novas disposições. Mas, no que se refere ao assunto em foco no texto acima, não houve alteração.

⁹⁸ As inspeções eram administrativas, quando feitas pelo Inspetor Municipal e técnicas, quando feita pelo Inspetor Técnico Regional. A função desses últimos era exercida nas circunscrições literárias, que lhes fossem designadas, onde ficariam até seis meses. Eles eram funcionários de confiança do governo, ganhavam 3:600\$000, por ano, passagens de trens e diárias para despesas (MOURÃO, 1962, p. 153). No período pesquisado no presente trabalho, o grupo foi visitado pelos seguintes inspetores: 1909 - Alceu de Souza Novaes (Lavoura e Commercio, ed. 1087, 21/11/1909), 1910 - Antônio Louveira Gomes e Ernesto Carneiro Santiago (APM. SI 3346), 1911 - Pereira de Seixas (APM. SI. 3835. Despacho de 23/08/1911, 7ª secção), 1912 - Alberto da Costa Mattos (APM. SI 3390), 1913 - Ernesto de Mello Brandão (APM. SI. 3448), 1916 - Alberto da Costa Mattos (APM. SI. 3633. Termo de visita do Inspetor Municipal Tancredo Martins, 1º/05/1916), e, 1918 - Ernesto de Mello Brandão (APM. SI. 3798).

nesse sentido por basear-se apenas em dois relatórios elaborados em 1918, durante visitas realizadas nos meses de março e abril, por Ernesto de Mello Brandão. Justifica-se tal escolha, porque esses contêm trechos extensos relativos aos professores, são abundantes em adjetivações, tecem comentários a respeito do modo do professor conduzir a aula e de sua aptidão profissional, analisam um corpo docente já mais completo e portanto, numeroso.⁹⁹ Além disso, esse inspetor conhecia bem os professores e o Grupo, pois havia sido o primeiro diretor, por nove meses, e depois, dentre todos os inspetores, foi de quem se encontrou maior número de relatórios. Depois de descrever a organização geral do estabelecimento escolar, o referido inspetor passa a relatar suas observações a respeito das classes e dos professores do 1º turno, cujo funcionamento se dava das 7 às 11 horas, com turmas só do sexo masculino:

1º ano A, regido pela professora **Maria Julieta Campos**. [...]. A organização é boa. A professora governa bem a sua classe. Adota o modo de ensino coletivo, divide bem o tempo das lições e leciona de acordo com o programa. Aptidão profissional: É inteligente, preparada e possui aptidão didática. Leciona com previsão, concisão e vivacidade. Emprega métodos intuitivos. [...]. **1º ano B**, a cargo da professora adjunta, dona **Leovirgília Martins Chaves**. [...]. A organização é regular. Mantém com certa dificuldade a disciplina. Perde tempo com disciplina. A sua classe é formada dos mais novos alunos deste ano, que ainda não estão afeitos a um trabalho disciplinado. Leciona com carinho e é muito dedicada com os pequeninos. Aptidão profissional: É inteligente, regularmente preparada. Não sabe ainda jogar bem com os métodos intuitivos, [...]. Durante dois dias auxiliei a professora, procurando corrigir o defeito observado. **2º ano A**, dirigido pelo professor **Fernando Vaz de Mello**. [...]. Boa disciplina e boa divisão do tempo. Adota o modo de ensino coletivo e métodos intuitivos. Os alunos apresentam bom adiantamento. **2º ano B**, sob a direção da professora adjunta, dona **Corina de Oliveira**. [...]. A docente mantém boa disciplina e segue pontualmente o horário estabelecido. São animadas as suas aulas e mantém emulação entre os seus alunos. A professora é inteligente, tem bom preparo e leciona com habilidade. **3º ano**, dirigido pela professora, dona **Maria Bernardes da Luz**. [...]. É boa professora, mas não tem habilidade para governar a sua classe. Geniosa e impulsiva perde frequentemente a calma necessária para dirigir com proveito a disciplina da classe. Verifiquei bom adiantamento dos alunos e apreciei os seus métodos de ensino. **4º ano**, atualmente a cargo da professora dona **Olga de Oliveira** – substituta do professor João Augusto Chaves [...]. A docente é boa disciplinadora e uma excelente professora. Tem bom método de ensino e sabe dar vida e interesse às suas lições. (APM. SI 3798. Uberaba, 16 de março de 1918)

⁹⁹ No presente trabalho, entretanto, há outro relatório a disposição do leitor, com comentários sobre professores e suas aulas. Trata-se do Relatório que compõe o **Anexo B**.

Em outro relatório descreve os professores do segundo turno, que funcionava das 12 às 16 horas.

Primeiro ano A, sexo feminino, regido pela professora dona **Alcina Maria Coutinho**, [...]. Esta aula tem boa organização, boa disciplina e uniformidade no desenvolvimento intelectual das alunas. A professora é pouco preparada e possui alguma aptidão didática. Leciona sem vivacidade. Suas preleções são monótonas, não aguçam o interesse dos alunos. Emprega para as lições de leitura o método analítico. As suas alunas apresentam regular aproveitamento e uma boa caligrafia. Os trabalhos de escrita são feitos com muito capricho e asseio. **Primeiro ano B**, sexo feminino, [...], regido pela professora, dona **Umbelina Terra**. Esta classe está bem organizada, tem excelente disciplina. A professora tem regular preparo e aptidão didática. Com um pouco mais de prática tornar-se-á uma excelente professora. Imprime vida e atrativo nas suas lições. Todas as suas faculdades estão sempre em ação. Segue com rapidez as atividades dos seus alunos, sabe discernir o que eles assimilaram e ver onde há necessidade de esclarecimento. **Primeiro ano C**, sexo masculino, [...], dirigida pela professora substituta, dona **Maria de Moura**. Esta classe está bem organizada, bem disciplinada e nota-se excelente desenvolvimento intelectual nos seus alunos. A professora é de uma inteligência viva e possui muita aptidão didática. Seu método de ensino é bom. As suas preleções são vivas, claras, concisas e metódicas. **Segundo ano** feminino, regida por dona **Maria Glorietta Campos**, substituta da professora efetiva, dona Maria Carmilieta Campos, [...]. Esta professora ainda não tem prática de ensino, mas governa bem a sua classe, tem regular preparo e alguma aptidão didática. **Terceiro ano A**, sexo feminino, regida pela professora dona **Bertholina dos Santos**, [...]. Esta professora tem tirocínio, conhece bem as matérias do programa, dirige com facilidade os seus alunos, mantém boa ordem e disciplina na sua classe. Tem bom método de ensino. É pouco inteligente. As suas preleções são sempre as mesmas, sem variedade, tornando-se por isso mesmo, pesadas e sem atrativos. As suas alunas apresentam regular aproveitamento, [...] suas respostas sobre um mesmo assunto, são sempre as mesmas, [...]. **Terceiro ano B**, sexo feminino, [...] sob direção da professora adjunta dona **Noemia Ribeiro da Luz**. É uma professora inteligente, preparada, tem bom método de ensino e suas alunas apresentam bom aproveitamento. **Quarto ano**, sexo feminino, [...], regido pela professora, dona **Marcilieta Campos**. Esta classe está bem organizada. A docente é inteligente, preparada e possui aptidão didática. As suas lições são dadas com método, com vida e com habilidade. Argüida as suas alunas, verifiquei que elas assimilaram bem os pontos já lecionados. (APM. SI 3798. Uberaba, 17 de abril de 1918)

Percebe-se no texto acima, que o inspetor regional não segue um padrão ao descrever as ações didático-pedagógicas, bem como as características pessoais de cada professor. Com base nos aspectos mais vezes e mais claramente comentados, elaborou-se o **Quadro 18**, objetivando, não propriamente mensurar quantitativamente, no sentido

de calcular percentuais. Considera-se que isso não seria pertinente, pois nesse caso, entende-se que quando o inspetor diz que este ou aquele professor é inteligente, não quer dizer que um ou outro também não o seja. Percebe-se que seu discurso não é laudatório, pois quem ele acha que não é inteligente, também está nomeado. A tentativa que se faz aqui é de definir um perfil qualitativo desse corpo docente, evidenciando características didático-pedagógicas e pessoais, apresentadas, na visão de um inspetor, pelos professores do Grupo.

Quadro 18 - Perfil qualitativo dos professores do GEU, elaborado a partir do conteúdo de relatórios de inspeção

Características didático-pedagógicas e pessoais	Conceitos	Número de professores adjetivados.	Nº. total de menções no texto.
Organização da classe	Boa Regular	6 1	7
Governo da classe	Bom/com habilidade Não tem habilidade	4 1	5
Divisão do tempo	Boa /pontual Não divide bem	3 1	4
Disciplina da turma	Boa Regular	7 1	8
Aulas e preleções	Vivas/claras/animadas Monótonas	6 3	9
Aproveitamento dos alunos	Bom/adiantado regular	6 1	7
Inteligência	Inteligente Pouco inteligente	6 1	7
Preparo	Bom Regular Pouco	5 3 1	9
Aptidão didática.	Possui (ou boa) Regular (ou possui alguma)	3 3	6

Fonte: APM. SI. 3798. Relatórios do ITR, Ernesto de M. Brandão, março e abril, 1918.

Portanto, na visão desse inspetor, os professores do Grupo Escolar tinham defeitos e qualidades. Por um lado, alguns se destacavam pela inteligência, habilidade, dinamismo pessoal e das aulas, pelo preparo, aptidão e domínio de classe. Mas por outro lado, havia os que enfrentavam dificuldades advindas das limitações pessoais, com as quais qualquer ser humano pode deparar como, genialidade, impulsividade, ou de contingências do momento, como falta de prática ou desconhecimento sobre o uso de determinado método. Mas em geral, predominam as características desejáveis a um bom

professor, do que o contrário, o que conferia ao GEU, o perfil de escola possuidora de um bom corpo docente, (mesmo havendo entre esses algumas exceções) e isto era divulgado, na imprensa, para a comunidade.

Os jornais da cidade sempre mostraram uma imagem positiva desta escola, referindo-se a ela como “conceituada casa de ensino”, e outras denominações. O diretor e os professores também eram qualificados, nos diversos textos consultados, com edificantes adjetivos: ilustres, eficientes, cumpridores dos deveres, distintos, austeros, dignos, dedicados, competentes, esforçados, disciplinadores, como se vê na seguinte transcrição:

Acaba de ser nomeado director do grupo [...] o *distincto* moço Sr. Francisco de M. Franco [...] que pela *austeridade* de sua conduta, pelo longo *tirocínio* de magisterio publico está em condições de dirigir a conceituada casa de ensino com segurança e critério desejaveis, continuando assim o estabelecimento a colher os mesmos frutuozos resultados que tanto tem contribuído para impol-o á consideração e preferência de que gosa [...]. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1161, 28/08/1910, p. 02) (Grifos meus)

Ou no trecho do relatório de inspecção, feita durante os meses de Agosto e Outubro e tornado público através das páginas do mesmo jornal:

Ao iniciar a inspecção encontrei este instituto na sua primeira fase de organização. O corpo docente, *esforçado e cumpridor de deveres*, vai [...] executando as prescrições regulamentares. O *digno* diretor [...] com *critério, competência e dedicação* [...] coopera efficazmente com os docentes na manutenção da ordem, disciplina na observância e applicação do programa e do regimento interno dos grupos escolares [...]. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1169, 30/10/1910, p. 01) (Grifos meus)

Desses professores, alguns dedicaram grande parte de suas vidas ao ensino, dentre os quais, o professor João Augusto Chaves, as professoras Corina de Oliveira, Edith França, Olga de Oliveira e, o próprio diretor da época enfocada no presente estudo (1908-1918), Francisco de Mello Franco, que nos primeiros nove meses de funcionamento do grupo, ocupou também o cargo de docente. Os quatro primeiros têm seus nomes perpetuados através de denominações dadas, em suas homenagens, a algumas escolas públicas da cidade de Uberaba, onde se conseguiu breves biografias de cada um, apresentadas sinteticamente, no **Anexo L**. Sobre o professor Melo Franco, há

no referido anexo, a nota de seu falecimento contendo também os seus dados biográficos.

Figura 17 - Corpo Docente do Grupo Escolar de Uberaba em 1915¹⁰⁰



Fonte: CAPRI, 1916, p.67

Ser professor nesta época – da escolarização republicana – foi um desafio, enfrentado e assumido por esses professores pioneiros. Se por um lado os grupos podem ser considerados escolas pioneiras, segundo um novo modelo que se instituía em que o trabalho era coletivo e não mais isolado, por outro lado, havia o governo, que tentava racionalizar, centralizar, fiscalizar para conseguir controlar. Assim, exigências aos professores eram muitas e estavam prescritas nos decretos e regulamentos. Pelo Decreto nº. 3.191 de 09/07/1911, eram concedidos aos professores alguns direitos, por exemplo, isenção do serviço do júri, aposentadoria por tempo de serviço, prêmio de 200\$000 por aluno excedente a 20 que conseguisse levar do primeiro ao final do quarto ano primário,

¹⁰⁰ **Identificação das pessoas na fotografia acima** (da esquerda para a direita). 1ª fila: assentados – Senhorita Leovirgília Chaves; Dona Maria Bernardes da Luz; Dr. Tancredo Martins, inspetor municipal; Dona Marcilieta Campos; Senhorita Maria Carmilieta Campos. 2ª fila: de pé – Arnold Magalhães; Ernesto Brandão, inspetor regional; Senhorita Maria Julieta Campos; Senhorita Corina de Oliveira; Senhorita Virgília de Souza; Francisco de Mello Franco, diretor; Fernando Vaz de Mello. 3ª fila: Dona Bertholina dos Santos; Senhorita Noêmia Luz; Dona Alcina Coutinho; Senhorita Edith de Novaes França e João Augusto Chaves. Fonte: CAPRI, 1916, p. 67

dentre outras. Mas em contrapartida, havia muito mais deveres: além dos próprios da função de ministrar aulas, havia os deveres cívicos e morais. Segundo Mourão (1962, p. 190):

Prescrevia o mesmo Regulamento que o professor deveria ser para os alunos ‘exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça’.

Pode considerar que nesse sentido no quadro dos docentes do GEU, encontram-se professores que encarnaram literalmente essa prescrição, conforme depoimento transcrito a seguir:

Assinalou-se no dia 13 do corrente, o centenário de nascimento do professor João Augusto Chaves, o homem mais perfeito que eu encontrei neste mundo. O traço característico de sua personalidade era a pureza. Chaves era puro de espírito e de coração, puro nos pensamentos, nas palavras, nos propósitos e nas ações [...] Se os homens todos tivessem os seus sentimentos de bondade e possuíssem a sua capacidade de amar, este mundo seria um paraíso [...] Destacou-se, entre os mestres desta região, como um dos mais sábios, dos mais eficientes, dos mais capazes e dos mais nobres [...] Culto, inteligente, operoso, escreveu diversas obras didáticas, estudos e artigos publicados na *Revista do Ensino de Minas Gerais* [...] A sua amizade foi umas das maiores riquezas da minha vida. Ela me tornou melhor e contribuiu, decisivamente, para a minha formação moral.’ (MENDONÇA, 1965; BACELLI, 1987, p. 59-0)

Esse professor, conforme traços biográficos (**Anexo L**) foi um dos pioneiros da doutrina espírita em Uberaba. Doutrina cujos princípios estão em sintonia com as características ressaltadas no trecho da citação acima: pureza, bondade, amor. Entretanto, não se tem um depoimento de alguém, assim neste sentido, sobre cada um dos outros professores. Mas, sabe-se que eles tinham boa convivência, portanto, possivelmente, comungavam ideais comuns.

Finalizando, pode-se acrescentar que, um aspecto assinalado de forma recorrente nos relatórios consultados, foi quanto ao clima estabelecido no relacionamento desses professores, que se resume em uma frase do inspetor Ernesto Santiago: “Reina boa harmonia entre os professores” (APM. SI. 3346. 20//10/10). Assim, enfrentando desafios, com relação às condições do prédio (embora, sem dúvida melhor que os “pardieiros” de antes), percebendo baixos salários, se submetendo às fiscalizações muito

rígidas, vivenciando os problemas de frequência dos alunos e outros tantos advindos das dificuldades por serem pioneiros, nessa fase de implementação da escolarização republicana na cidade, havia o idealismo e o bom convívio entre os componentes desse corpo docente. Esses professores, através de um trabalho em conjunto, contribuíram para consolidar uma imagem positiva do Grupo Escolar de Uberaba, perante a comunidade.

3.4 Considerações parciais

Na introdução desta pesquisa formulou-se uma questão-problema, qual o significado do Grupo, a partir de seu funcionamento (1909), para a população de Uberaba, dentro do período do recorte temporal, compreendido entre os anos de 1908 a 1918? Esta pergunta foi desdobrada em outras mais pontuais e específicas, sobre as quais, neste capítulo III, já se obteve respostas para aquelas relacionadas aos temas nele investigados: o prédio, os alunos e os professores do Grupo.

Os dados conseguidos são suficientes para responder as seguintes questões: como o Grupo se inseriu em uma cidade que já possuía duas grandes escolas confessionais para o ensino primário e secundário? Houve problemas de concorrência entre o ensino oferecido pela iniciativa e atuação da Igreja (nas duas escolas: Colégio Nossa Senhora das Dores e Ginásio Marista Diocesano) e do Estado (no caso, o Grupo), ou se complementaram? A população quis (desejou) a construção e instalação do GEU e depois o aceitou, procurando-o para matricular os filhos? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão? Qual a origem e provável destino dessa clientela? Quais foram os primeiros professores dessa escola e qual a formação deles? De que formas atuavam didática e pedagogicamente?

A partir dos pressupostos de Justino de Magalhães, que considera os alunos uma categoria representativa, em torno da qual se torna possível conferir sentido histórico a uma instituição educativa, através dos dados evidenciados pela investigação, sobre a clientela escolar, se pôde chegar à maioria das respostas alcançadas até este ponto da pesquisa.

Nessas considerações parciais, serão tecidos alguns comentários sintéticos relativos aos questionamentos, porque os resultados, em termos mais concretos ou

numéricos, se encontram no corpo do texto. Assim, começa-se pela questão da inserção do Grupo na cidade, onde já existiam duas outras grandes escolas. Sobre este tema, ressalta-se primeiro que o Grupo Escolar de Uberaba diferia do Colégio Nossa Senhora das Dores e do Ginásio Marista Diocesano, por ser uma instituição mantida pelo poder público, que oferecia tão somente o curso primário e onde o ensino era laico, em sintonia com a constituição republicana. Conforme se constatou, houve, durante as primeiras matrículas para iniciar suas atividades e durante o primeiro ano de funcionamento, duas referências, uma do diretor em comissão, outra de um inspetor, sobre certa propaganda contrária ao Grupo, promovida por estas escolas. Mas depois disso não aparecem outros registros nesse sentido. Não se pode, ainda, deixar de recordar que ocorria entre as três instituições uma movimentação dos alunos que ora saíam do Grupo e iam para as escolas particulares, ora vinham delas para o Grupo. Porém, entende-se que isto não chega a caracterizar uma concorrência, pois a relação entre o Grupo e essas escolas foi principalmente a de complementação, uma vez que os alunos concluintes do primário oficial no Grupo, se dirigiam a essas instituições para cursarem o secundário.

Assim, interpreta-se que o Grupo foi significativo para a população da cidade. Idéia reforçada por duas outras constatações. Primeira, boa parte da população comparecia aos eventos do Grupo abertos ao público, segunda, os pais procuravam essa escola para matricular os filhos e estes eram provenientes de diferentes camadas sociais. Os pobres (embora em menor proporção) eram ajudados pela Caixa Escolar. Atribui-se o fato desta escola atender, em números maiores, aos alunos provenientes das classes mais privilegiadas a dois fatores. Primeiro, nessa fase republicana, o povo estava ainda bastante à margem da participação em qualquer setor da vida pública. Segundo, esta foi uma escola “apropriada” pelas classes mais privilegiadas, de acordo com a idéia apresentada em capítulos anteriores, de que ocorreu nesta fase – Primeira República –, o que foi referido como, “liberalismo negativo,” que se deu através da privatização do bem público pelas elites, visando aos interesses próprios.

A questão das matrículas e das vagas é muito específica e precisa ser entendida dentro das características da época. Acredita-se que no GEU eram matriculados todos os alunos, cujos responsáveis, buscassem uma vaga para seus dependentes. Nesse Grupo, dentro do período do recorte temporal, apenas nos anos de 1914 e 1915, é que o número de matriculados ultrapassou às oitocentas vagas potencialmente previstas. Mas ao lado disso, é preciso considerar que a procura maior era pelas classes de primeiro ano,

principalmente, masculino, o que acarretava nessas turmas, no início do ano, uma lotação excessiva, correspondente, algumas vezes, ao dobro do número de alunos previstos por sala, que era de 50. Mas, como a frequência era irregular, ocasionava as eliminações e abandonos. A perda de alunos entre o primeiro e o segundo ano chegava, por vezes, a 50%. Depois, a cada série, as turmas iam ficando menores, devido a esses mesmos motivos, somados ainda, à existência dos exames finais, nos quais os alunos por vezes nem compareciam ou eram reprovados. Esses traços foram verificados neste Grupo Escolar, mas são comuns às escolas públicas de Minas Gerais, dessa época, dando-se a ler, que nessa fase da escolarização republicana, a escola era muito seletiva.

Os alunos geograficamente provinham de todos os bairros da cidade, mas predominavam aqueles do bairro Estados Unidos, onde a escola se localizava. Foram variados os destinos dos egressos durante suas atuações na vida adulta, pois se têm notícias deles desempenhando diferentes profissões, públicas ou privadas: das manuais (doceira, costureira, bordadeira) às liberais (médico, advogados, professores, inspetores, Juiz de Paz etc.) e também as técnicas (guarda-livros, secretários, inspetor de tráfego na E. de Ferro Mogiana).

No estudo sobre os professores foi possível a identificação nominal de todos eles, em cada ano. Isso permitiu descobrir que o corpo docente composto durante o primeiro ano de funcionamento foi permanecendo ao longo dos anos pesquisados, sendo acrescido de novas professoras e revelando uma tendência que foi se estabelecendo a partir do período republicano, a de feminização da profissão. Com exceção de um professor, todos os outros que atuaram durante estes anos no GEU eram normalistas. Esse é um aspecto que chama atenção, pois era mais ou menos comum, na época, a atuação de professores leigos. O registro da atuação didático-pedagógica desses docentes, junto aos seus alunos, foi conseguido através de um relatório de inspeção, demonstrando que esses mestres executavam um trabalho, que satisfazia, em grande parte, aos níveis de exigência do Estado quanto aos programas, à divisão do tempo, aos métodos aplicados, à manutenção da disciplina e ao bom relacionamento com os alunos. Porém, algumas exceções, foram registradas, ou seja, alguns professores (poucos) não correspondiam, devido à inexperiência ou às limitações pessoais.

Embora não tenha sido elaborada nenhuma questão sobre o prédio escolar (dentre as citadas no início destas considerações), neste capítulo ele constituiu uma das categorias pesquisadas. Há que se lembrar que o prédio do grupo era uma construção bastante visível, pelas dimensões e localização seguindo a forma de U, que produzia um

espaço interno, íntimo e não visível a quem estava de fora. Graças ao tipo de documentação consultada, foi possível penetrar esse espaço e trazer à memória problemas aí vivenciados, dentre os quais, as precariedades no abastecimento de água, no saneamento, acarretando a necessidade de constante manutenção. Esses problemas não foram colocados em evidência nos jornais consultados. Atribui-se ao fato de que esses consistiram, por um lado, em uma questão administrativa interna, apesar de afetar os alunos. Por outro lado, esse fato negativo, não era comentado na imprensa, porque a falta de água na cidade não era notícia, era um fato comum vivido por quase toda a população.

Ressalta-se que em estudos, sobre grupos escolares em Minas ou sobre prédios escolares no Paraná, ou em dissertações apresentadas até agora no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU), não se deparou com referências a problemas semelhantes, podendo este, portanto, ser considerado uma especificidade da escola aqui investigada¹⁰¹.

O fato do Grupo Escolar de Uberaba ser chamado de “Templo do Bem” e outras denominações, dadas pelos jornais, deve-se ao momento histórico em que foi construído:

Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. ‘Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social’, elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. [...]. A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)fomador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, educação foi atrelada à cidadania, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (SOUZA, 1998, p. 26).

Nesse texto, Rosa Fátima de Souza apresenta uma explicação que justifica a denominação dada muitas vezes, a esta escola local. E demonstra que a mídia impressa da cidade de Uberaba, estava em sintonia com o pensamento dos intelectuais e políticos

¹⁰¹ As obras referidas nesse parágrafo, sobre as quais se baseia para tecer o comentário são: BENCOSTA (2005); VIDAL (2006); LIMA (2006) e CARVALHO (2002).

em âmbito nacional, que nas representações sobre a educação viam as escolas como “os templos de civilização” e os professores como os “apóstolos da civilização”.

Assim, no decorrer da trajetória histórica dessa instituição, os discursos pronunciados nos eventos e que serão destacados no próximo capítulo, continuaram nesse sentido dado à educação e a escola: o lugar da formação de sujeitos que deveriam valorizar o estudo, o saber, o amor, o bem; que deveriam conviver harmoniosamente, ser boa pessoa, bom cidadão, bom filho, capaz, corajoso, trabalhador. Havia nos discursos esperança na escola que estava se construindo, nas futuras gerações e no país que elas iriam formatar.

* * *

Essas observações finais sobre o Grupo Escolar de Uberaba de certa forma antecipam o próximo capítulo, que trata das práticas cotidianas e dos eventos realizados na instituição, cujos resultados complementam os até agora apresentados. Neste próximo capítulo ficarão mais claras as ações dos vários sujeitos: diretor, professores, alunos, oradores, órgãos de imprensa, pessoas da comunidade, que se relacionaram no espaço escolar do Grupo e de alguma maneira estiveram envolvidos nesse processo de escolarização.

4

O COTIDIANO ESCOLAR: SABERES E FAZERES NO GRUPO ESCOLAR DE UBERABA

Conforme salientado na introdução deste texto dissertativo, ao se referir à cultura escolar nesta pesquisa, estará se referindo aos princípios definidos por Dominique Julia, (2001, p. 10). Esse teórico vincula cultura escolar às normas, que estabelecem *o que ensinar* (referindo-se tanto aos conhecimentos, quanto aos comportamentos, às condutas) e, às práticas cotidianas, que se relacionam ao *como ensinar*. Normas e práticas para Julia estão coordenadas às finalidades do ensino, *ao para que ensinar*, com quais objetivos. Esses por sua vez, estão relacionados ao momento, à época em que se vive. Assim, as finalidades do ensino podem ser variadas, pois dependem dos pensamentos dominantes em cada período.

Nesse sentido, para trabalhar em torno da cultura escolar de uma instituição se faz necessário, por um lado, trazer à tona aspectos legais do ensino e levar em conta o trabalho dos profissionais da escola (professores, direção), pois esses são os agentes chamados a obedecer às ordens, a utilizar dispositivos pedagógicos que contribuam para facilitar a aplicação dessas normas e a aprendizagem dos alunos. Por outro lado, é preciso ir além dos limites da escola e buscar apreender modos de pensar e de agir difundidos na sociedade, pois são esses que definem as finalidades do ensino.

Contudo, é pertinente lembrar que a escola materialmente consiste em um território definido. Assim, complementando as proposições de Julia, (e demonstrando que se deve considerar também o espaço) apresenta-se o pensamento de Antonio Viñao:

Considerando como território, o espaço-lugar escolar implica uma tripla dialética entre o interno e o externo – o que é a escola e o que fica fora dela, o que está na sala de aula ou em outro espaço escolar e o que esta fora dela –, o fechado e o aberto – estruturas cortantes ou herméticas frente a estruturas de transição ou porosas –, [...]. A partir dessa perspectiva a instituição escolar constitui um território demarcado, de limites mais ou menos estabelecidos, com diversos graus de porosidade em relação com o meio exterior – [...]. Daí a utilidade e a importância, para o conhecimento da cultura escolar, de uma instituição educativa determinada, de analisar tal segmentação e, juntamente com ela, a distribuição e usos dos espaços-lugares que dela resultam. (VIÑAO, 2005, p. 18)

Em parte, no presente trabalho, alguns aspectos apresentados tanto por Dominique Julia quanto por Antônio Viñao já foram enfocados, respectivamente: os professores e o espaço escolar. Neste item, retoma-se a questão do espaço e do trabalho dos professores e da direção escolar, segundo um outro enfoque, que é pelo ângulo das práticas: o que, quem, e como se fazia em determinado espaço, lembrando ainda, que no centro dessas ações estavam os alunos. Nesse sentido, as finalidades da escola, têm relação direta com os discentes, com o tipo de aluno ou ser humano que se idealiza formar.

Os resultados da investigação sobre as práticas cotidianas, que permitem apreender os traços da cultura escolar, serão apresentados divididos entre: práticas internas (aquilo que se realizou cotidianamente no território escolar, compreendendo principalmente, as salas de aula e os pátios internos do prédio do Grupo) e, práticas externas (aquilo que se fez em interação e/ou com a participação da sociedade local: os eventos sociais e cívicos). Esta forma de apresentação tem como justificativa o aspecto puramente didático. (Tem-se consciência que se trata de uma divisão irreal, pois segundo Julia, o que acontece dentro da escola, está diretamente relacionado ao que acontece fora dela, e mesmo, segundo Viñao, que alerta para os diversos graus de porosidade entre a escola e o meio exterior).

4.1 As práticas cotidianas escolares visualizadas em suas dimensões internas: a promoção da educação intelectual, moral e física

Segundo informa Mourão (1962, p. 99-139), imediatamente após a publicação da Lei 439 de 28/09/1906 – Lei da Reforma do Ensino em Minas –, pelo Presidente João Pinheiro, esse estadista e sua equipe de governo, demonstraram preocupação com os processos de ensino-aprendizagem, pois antes mesmo que a lei tivesse o seu regulamento aprovado foi baixado o Decreto nº. 1947, de 30/09/1906, que determinava os horários, as atividades curriculares do programa de ensino e as instruções metodológicas, pelas quais os professores deveriam se orientar para ensinar com eficiência. Resumidamente, algumas determinações básicas desse Decreto definiam que, a semana letiva durava de segunda a sábado, com quatro horas diárias de aulas. Estas quatro horas estavam divididas em períodos de 15, 25 ou 45 minutos, para serem preenchidos com atividades ou conteúdos a serem desenvolvidos, os quais em geral (do primeiro ao quarto ano), eram: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural/Física e Higiene, Exercícios Físicos, Trabalhos Manuais e Música Vocal. As atividades de canto e exercícios físicos ocorriam nos mesmos horários em todas as turmas e com a mesma duração (**Fig. 18**).

De maneira geral, as orientações para o ensino dos conteúdos propunham que esses deveriam ser ensinados a partir do que fosse mais simples, mais concreto, mais particular ou próximo, como por exemplo: na Leitura, partir do vocábulo com sílabas mais simples e fáceis; na aritmética, os cálculos deveriam basear-se em dados concretos para depois ir aos abstratos; na geografia, do particular, o conhecido, para se chegar ao desconhecido. Em suma, as prescrições e orientações são detalhadamente definidas, com relação aos horários e, em cada conteúdo ou atividade. Depois de receitar como ensinar, faz parte ainda, dessas instruções, o programa a ser desenvolvido – o que deveria se ensinar - em cada ano do curso primário. Reside nessas determinações, um fator importante para a homogeneização do ensino no Estado, algumas vezes comentado por alguns historiadores da educação mineira.

Figura 18 - Quadro de horário semanal, com discriminação das atividades e conteúdos a serem desenvolvidos diariamente nas turmas de terceiro ano primário.

HORÁRIO DO TERCEIRO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10 horas 10h. e 25m.	Leitura Aritmética	Aritmética Escrita	Leitura Aritmética	Leitura Escrita	Leitura Aritmética	Aritmética Aritmética
10h. e 50m.	C A N T O					
11 horas 11h. e 25m.	Geografia História	Geografia Hist. do Brasil	Língua Pátria Hist. do Brasil	Geografia Hist. do Brasil	Língua Pátria H. Natural, Física e Higiene	Hist. do Brasil Escrita
11h. e 50m.	E X E R C Í C I O S F Í S I C O S					
12h. e 15m.	Língua Pátria	Língua Pátria	Moral e Cívica	Língua Pátria	Hist. do Brasil	Geografia
12h. e 40m.	Geom. e Desenho	Aritmética	Geom. e Desenho	Aritmética	Aritmética	Geom. e Desenho
13h. e 5m.	C A N T O					
13h. e 15m. até 14 horas	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos

Fonte: MOURÃO, 1962, p. 102.

No Grupo Escolar de Uberaba, a duração das aulas era conforme a lei. Diariamente, os alunos tinham quatro horas de aula, do 1º ao 3º ano que, ocorriam, no entanto, em dois turnos: das 7h às 11h e das 12h às 16h.¹⁰² No 4º ano, a duração era de quatro horas e meia, avançando em cada turno meia hora a mais. Não se tem um documento que evidencie como estava organizada a distribuição das atividades ao longo dessas horas de aula. Mas, infere-se que seguiam as determinações do governo mineiro, pois os registros feitos pelos inspetores em visitas à escola, sempre salientaram que, no Grupo seguiam-se os horários e os programas, havendo ainda, em alguns relatórios, comentários quanto à divisão do tempo das atividades, onde observam que alguns professores conseguiam ser habilmente pontuais, aproveitando convenientemente o tempo, outros, entretanto, não tinham a mesma habilidade.¹⁰³

Com a Reforma Júlio Bueno Brandão-Delfim Moreira (Decreto 3.191 de 09/06/1911), algumas mudanças foram introduzidas, como o acréscimo dos conteúdos,

¹⁰² Tanto na lei citada no texto acima, quanto na que lhe sucedeu, (nº. 3.191 de 09/06/1911), não estavam previstos dois turnos, mas apenas um, com quatro horas de duração, segundo as seguintes possibilidades: das 10h às 14h, ou das 7h às 11h, ou das 11h às 15h (MOURÃO, 1962, p. 199). No Grupo Escolar de Uberaba, sempre houve dois turnos, justificados pelo número de matrículas.

¹⁰³ Pode-se perceber esse aspecto lendo o relatório contido no